

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA
CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO
SER SOCIAL

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI

CAMPINA GRANDE

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO E
REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL**

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI

Dissertação apresentada ao Mestrado em Economia Rural e Regional da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Renato Kilpp

CAMPINA GRANDE

2001



C827i

Corteletti, Roseli de Fátima.

A importância do trabalho na constituição e reprodução do ser social / Roseli de Fátima Corteletti. - Campina Grande, 2001.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2001.

"Orientação : Prof. Dr. Renato Kilpp".

Referências.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Importância do Trabalho. 3. Ser Social - Reprodução. 4. Dissertação - Economia Rural e Regional. I. Kilpp, Renato. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB).

CDU 316.334.22(043)

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO
E REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL**

Aprovada em 18 de maio de 2001.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Kilpp
(Orientador)

Profa. Dr^a. Bernardete Wrublevski Aued
(Examinadora)

Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier
(Examinador)

CAMPINA GRANDE
2001

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta tanto para realização desta dissertação como também na minha trajetória acadêmica e profissional. Neste momento agradeço especialmente algumas que participaram de forma direta no decorrer dos últimos dois anos, pelos apoios recebidos e incentivos constantes. Sem a importante participação destas pessoas, minha construção histórica não seria tão rica.

À Prof^a Dr^a Bernardete Wrublewski Aued, da Universidade Federal de Santa Catarina, agradeço pela confiança e por todos os incentivos recebidos durante o tempo em que foi minha professora de sociologia, depois como orientadora do TCC e pela experiência em atividades de pesquisas realizadas em conjunto com os demais participantes do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho. Também agradeço ao Prof. Dr. Idaleto Aued, pelos incentivos para vir à Campina Grande fazer este Curso de Mestrado, o qual, sabiam que seria de grande valia para minha formação acadêmica, profissional, política e ideológica.

Ao orientador Prof. Dr. Renato Kilpp, pelos incentivos, pela confiança e por ter percebido e respeitado minhas pretensões acadêmicas, as quais foram objetivadas em grande parte através das referências bibliográficas por ele apontadas no decorrer do processo. Ao Prof. Dr. Sérgio Lessa, da Universidade Federal de Maceió, pelo excelente curso Trabalho e Educação e pelas valiosas sugestões metodológicas e bibliográficas que nortearam e enriqueceram todo este estudo.

Ao Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão, pelas contribuições metodológicas recebidas na defesa do projeto, pela tradução do resumo para o inglês, pelo estímulo, força e companheirismo em momentos alegres e difíceis. Ao Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier, pelas contribuições metodológicas recebidas na defesa do projeto e ao Prof. Galvan, pelas suas aulas inesquecíveis. Aos demais professores deste curso, agradeço pelos conhecimentos transmitidos em sala de aula.

Aos meus pais Arlindo e Odila Corteletti, que apesar da distância geográfica sempre se fizeram presentes, agradeço por tudo, mas principalmente pelo exemplo de caráter, coragem e dignidade. À minha irmã Dani e ao meu

irmão Mauri, por estarem sempre ao meu lado. Também agradeço de forma muito especial às amigas e companheiras de luta: Lucinéia, Madalena, Marilene, Mauricélia, Nadine, Luziene e Ana Cândida, pela troca de experiências, força, estímulos constantes e principalmente pela união nos momentos difíceis.

Aos funcionários das Coordenações dos Cursos de Mestrado em Economia e Sociologia, especialmente à Neuma e ao Joãozinho, por toda a atenção e gentileza que sempre me foi dispensada. À Prof^a de inglês instrumental Nirelda de Leon, pela riqueza de pessoa que ela é. À Prof^a Dr^a Norma Soler, agradeço pelo apartamento. À Prof^a Bernardete de Caxias do Sul, pela correção ortográfica. À Neiva Fonseca Bossle, pela força e amizade de sempre.

Aos amigos Betânia e Elbert, por todo o apoio e pela amizade de nossas filhas. À Teresa, Luís e Marcelo pela agradável convivência. À Jaqueline e ao Ivo agradeço pelos incentivos via espaço sideral. Ao Alexandre, pela força e espírito de luta. Ao líder comunitário Domingos Fortuna, pelo exemplo concreto de que a transformação é possível. À CAPES, pela bolsa de estudos, que, apesar de insuficiente, sem ela este curso jamais teria sido possível.

Por último à minha filha Anahi, pelo amor, energia e companheirismo; sentimentos que, mesmo sendo a vida tão difícil, possibilitam renovar e fortalecer o espírito para uma vida cheia de sentido e de esperanças para um mundo dos homens mais humano e menos injusto para todos os seres sociais.

"Não há limites ao
desenvolvimento humano, a
não ser aqueles construídos
pelos próprios homens."

Sérgio Lessa

Com muito amor
dedico aos meus pais
Arlindo e Odila Corteletti,
à minha filha Anahi
e ao ser social:
classe trabalhadora.

RESUMO

Este estudo se fundamenta em evidenciar a importância do trabalho para constituição e reprodução do ser social. Analisar a essência do trabalho enquanto momento universal da reprodução social significa fazer uma abstração teórica necessária para a compreensão dos momentos históricos parciais, que constituem a totalidade da reprodução social, sendo que a cada momento da reprodução social, o trabalho afirma seu papel fundante e central para a produção e reprodução do mundo dos homens e do ser social. O trabalho na concepção marxiana é uma atividade social que foi criada pelos homens pela necessidade de sobrevivência. Nesse sentido, observamos historicamente as diversas formas de produção e reprodução da existência dos homens, ao longo da evolução econômica e social da história da humanidade. A partir das formações econômicas pré-capitalistas até a origem do capital e desenvolvimento do modo de produção capitalista, verificamos as formas de propriedade do trabalho, a organização dos processos de trabalho e o relacionamento do trabalhador com o objeto de trabalho. Inicialmente a produção material da existência humana é realizada através da relação direta do homem com a natureza. Ao atuar na natureza os homens desenvolvem suas potencialidades, criando uma base produtiva e relações sociais que determinam a evolução social de cada momento histórico. No modo de produção capitalista, tem-se uma modificação do modo de produção e principalmente na forma de relacionamento do trabalhador com o produto do seu trabalho e das relações sociais de produção que acompanham o processo histórico. A relação do trabalho com o capital dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é proprietário dos meios de subsistência, instrumentos e produtos do seu trabalho. Assim, o trabalho, que se fundamentava na satisfação das necessidades humanas, passa a ser apenas um meio de sobrevivência do trabalhador. Com o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e da sociabilidade, a forma dos homens produzirem sua existência vai se afastando da troca orgânica com a natureza e o trabalho vai adquirindo uma forma cada vez mais social. No entanto, esse afastamento das barreiras naturais não significa uma ruptura com a natureza, pelo contrário, a natureza deverá permanecer eternamente como a base originária do mundo dos homens e do ser social. Com isso podemos dizer que nem todos os atos humanos são trabalho, no entanto, se a essência fundante da categoria trabalho não existisse, nenhuma atividade humana seria possível e não haveria mundo dos homens e nem ser social.

ABSTRACT

This study has its basis in evidencing the importance of labour for the constitution and reproduction of the social being. To analyze the essence of labour while universal moment of social reproduction means to do a necessary theoretical abstraction for the understanding of the partial historical moments, that constitute the totality of the social reproduction, and in each of these moments, labour affirms its fundamental and central role for the production and reproduction of the world of men and of the social being. Labour in the marxian conception is a social activity that was created by men by the survival need. In this sense, we observed historically the several production and reproduction forms of existence of men, along the economical and social evolution of the history of humanity. Starting from the pre-capitalist economic formations until the origin of capital and the development of the capitalist mode of production, we observed the forms of property of labour, the organization of the labour processes and the worker's relationship with the object of labour. Initially the material production of the human existence is accomplished through the direct relationship of man with nature. When acting in nature men develop their potentialities creating a productive basis and social relationships that determine the social evolution of every historical moment. In the capitalist mode of production, there is a modification of the mode of production, in the form of the relationship of the worker with the product of his work and in the social relationships of production. The relationship of labour with capital dissolves the several forms which the labourer is owner of his subsistence means, instruments and products of his labour. Like this, the labour, that was based in the satisfaction of human needs, becomes just a mean for the labourer survival. With the development of the productive forces, of the social relationships and of the sociability, the form that men produce his existence moves away from the organic exchange with nature and labour began to acquire a more and more social form. However, this distancing from the natural barriers doesn't mean a rupture with nature, on the contrary, nature should remain eternally as the original base of the world of men and of the social being. With that we can say that not all of the human actions are labour, however, if the basic essence of the category labour didn't exist, no human activity would be possible and there would not be the world of men nor the social being.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------	-----------

CAPÍTULO PRIMEIRO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	19
1.1 As formações econômicas pré-capitalistas	19
1.1.1 As formas de propriedade e organização do trabalho	19
1.2 A origem do capital: acumulação primitiva	27
1.2.1 Expropriação do produtor rural	29
1.2.2 Do arrendatário ao capitalista industrial	33
1.3 O trabalho: da manufatura à indústria moderna	39
1.3.1 A cooperação capitalista	39
1.3.2 Divisão social e técnica do trabalho	40
1.3.3 Maquinaria e indústria moderna	44
1.4 Produção e reprodução da existência dos homens	48

CAPÍTULO SEGUNDO

2. A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	54
2.1 O trabalho	60
2.1.1 Teleologia e Causalidade	62
2.1.2 Objetivação e Conhecimento	65
2.1.3 Reflexos e Alternativas	74

CAPÍTULO TERCEIRO

3. O TRABALHO NA BUSCA DAS FINALIDADES	78
3.1 Posição dos fins, valores e dever-ser	79
3.2 Alienação	83
3.3 Individuação	86
3.4 Estranhamento	87
3.5 Liberdade	91
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Na época social atual, mais do que em qualquer outro período histórico, o desenvolvimento das forças produtivas resulta em formas cada vez mais elevadas de geração de excedentes de força de trabalho. Tanto nos países capitalistas centrais como na periferia, a modernização possibilitada pelo desenvolvimento das novas tecnologias tem se convertido no aumento crescente do desemprego. Neste sentido, podemos dizer que uma das principais características que marca o atual momento histórico é o fato das forças produtivas atingirem patamares de desenvolvimento nunca alcançados anteriormente e, por outro lado, jamais a sobrevivência da humanidade encontrou-se tão ameaçada, tanto pelo desemprego como pela violência e destruição do meio ambiente.

Este estudo se justifica, na atualidade, porque resgata o valor da classe trabalhadora, ao contrário de muitas teorias¹ que desconsideram o conteúdo histórico da categoria trabalho colocando em xeque a estrutura categorial marxiana e seu significado concreto na vida dos seres humanos. O fim da centralidade no trabalho significaria o fim do mundo dos homens e do ser social.

Nosso objetivo, neste estudo, é retomar a discussão teórica da categoria do trabalho, sua importância para a produção e reprodução do mundo dos homens e do ser social. Portanto, através da análise ontológica do trabalho, busca-se reconhecer as demais categorias e os nexos fundantes do ser social, bem como afirmar a tese da centralidade do trabalho.

A importância do trabalho é determinada historicamente e varia de sociedade para sociedade. Esse é um fenômeno que afeta diretamente as formas historicamente

¹ Como exemplo podemos citar autores como: Claus Offe, Gorz, Habermas, Gianotti, Oliveira entre outros, que por caminhos diferentes defendem teorias sobre a descentralidade do trabalho na atualidade.

concretas da organização da reprodução social. Na análise concreta das formas de produção e reprodução da existência dos homens é que podemos explicar esse fenômeno.

Refletir sobre o trabalho antes de tudo implica em conhecer a base originária no processo histórico da evolução social da humanidade. De acordo com Marx e Engels, o primeiro pressuposto de toda a história humana é a "*existência de indivíduos humanos vivos*". Os homens diferenciam-se dos animais pela consciência, mas essa distinção somente se completa quando os homens produzem "*meios de vida*", e isso somente pode ser entendido através da análise das alternativas criadas pelos homens para manterem-se vivos. Assim, a maneira que os homens produzem suas vidas encontra-se condicionada ao desenvolvimento das condições materiais já existentes e que devem necessariamente se reproduzir para continuar existindo (MARX e ENGELS, 1996 : 27-28).

Desse modo, os homens, para manterem sua sobrevivência, necessitam satisfazer suas necessidades básicas. A concretização dessas necessidades é realizada através de formas diferenciadas de apropriação da natureza. O homem atua na natureza e com isso a modifica em seu próprio proveito, para assegurar a sua reprodução. Nesse processo, da mesma maneira que o homem transforma a natureza, transforma-se a si próprio. Desta interação entre homem e natureza, permeada por atos de trabalho, ao mesmo tempo, produz-se a evolução social e econômica da humanidade.

A forma como os homens produzem sua existência, bem como os instrumentos de trabalho utilizados, diferencia cada momento da história humana. Através do estudo dessas formas, pode-se analisar a produção e reprodução da existência dos homens que encontra no trabalho a base ineliminável de todo o processo reprodutivo da humanidade. De acordo com Lessa (1995), a reprodução enquanto categoria ontológica diz respeito às mediações que fazem de "*cada movimento histórico o momento de elevação do ser humano em termos de sociabilidade*" (LESSA, 1995 : 7-8).

Tendo estes argumentos como base, no primeiro capítulo deste trabalho, busca-se, através da contextualização histórica, evidenciar as formas de produção e reprodução da existência dos homens ao longo do desenvolvimento econômico da história da humanidade. A partir do estudo das formações econômicas pré-capitalistas de Marx, observamos como se desenvolve a produção e reprodução da existência dos homens. Para isso, verificamos as formas de propriedade, a organização do trabalho e o desenvolvimento das relações sociais de produção, que vão formar a base para a origem do capital e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Esse processo possui muitas formas, sendo uma delas, aquela em que o homem é o proprietário dos meios de produção para produzir e reproduzir sua existência. Através do seu trabalho individual e na relação direta com a natureza, o homem produz sua vida, de acordo com as condições oferecidas pela natureza. Dessa troca direta com a natureza resulta o modo de vida de cada indivíduo, de sua família e da comunidade a qual pertence. Marx (1986), caracterizando esta forma de produzir, salienta que o objetivo econômico dessas formas de é a "*produção de valores de uso*". Nesse processo, as condições objetivas de trabalho ocorrem como natureza e não como produto do trabalho. Assim, "*de um lado temos o indivíduo vivo, do outro a terra como condição objetiva de sua reprodução*" (MARX, 1986 : 77).

Através do desenvolvimento histórico, verifica-se que com a crescente apropriação da natureza pelo homem, que surge originalmente como um aspecto do trabalho, é que se pode analisar "*o progresso da humanidade*". Sendo o homem um animal social, ele desenvolve tanto a cooperação como a divisão social do trabalho, que inicialmente surge como uma alternativa dos indivíduos para se reproduzirem socialmente e após se coloca frente a eles determinando suas vidas. Através da cooperação, os homens passam a trabalhar

coletivamente. No entanto, a forma de produção de sua existência continua atada à natureza. Esse processo vai afetar tanto as forças produtivas como as relações sociais de produção.

Desenvolve-se uma modificação nas relações que os indivíduos estabelecem entre si. Por um lado, institui-se a especialização do trabalho, que vai se tornando cada vez mais sofisticada, até a invenção do dinheiro, produção de mercadorias e a troca, que, por sua vez, vão proporcionar a base para a acumulação de capital e desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas. De outro lado, a relação trabalho e propriedade é rompida, na medida em que o homem vai se afastando da sua relação original com a natureza.

As mudanças nas relações sociais de produção constituem-se na *"separação entre os meios de trabalho e objeto de trabalho, é portanto, a separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural"*. No entanto, essa forma de relação somente se completa no capitalismo quando o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho, tendo como resultado uma *"completa separação entre o uso, a troca e a acumulação"*. Esse processo de emancipação do homem das suas condições naturais é também definido pelos autores como um processo que desenvolve a *"individualização humana"*, sendo que esta é possibilitada pelo próprio processo de desenvolvimento histórico que encontra na *"troca"* seu agente principal (MARX, 1986 : 65).

Analisando a evolução social e econômica, Marx e Engels salientam que as diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade. Nas palavras desses autores: *"cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho"* (MARX e ENGELS, 1996 : 29).

Ao ser expropriado de suas terras, como condição para reprodução do capital, o trabalhador emancipa-se das condições naturais de produção, tornando-se um trabalhador livre. Porém, como não proprietário dos meios de subsistência, sua liberdade lhe serve apenas

para vender a sua única propriedade que é a força de trabalho. Com isso o capital se apropria não do trabalhador, mas de sua força de trabalho e realiza esse processo através da troca. Neste sentido, segundo Marx (1986), *"a relação do trabalho com o capital, ou com as condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário que trabalha"* (MARX, 1986 : 91-92). A relação do trabalho com o capital faz parte de um processo histórico que, para se desenvolver necessita dissolver as formas em que o trabalhador é um proprietário que trabalha a terra como condição natural de produção e satisfação das suas necessidades.

Para melhor compreender esse processo evidencia-se como essas formas de organização e propriedade do trabalho se desenvolvem e que ao mesmo tempo são resultado de processo histórico. O desenvolvimento das forças produtivas as dissolve e sua dissolução é, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas humanas. As comunidades se apresentam como a primeira grande força produtiva e o trabalho inicialmente tem sua base primitiva. Essa base primitiva desaparece como alternativa para as necessidades dos homens e para o progresso da humanidade.

O trabalho, no modo de produção capitalista, alcança sua forma mais elevada de sociabilidade entre os homens, isto é, o trabalho, que anteriormente baseava-se na relação direta do homem com a natureza, vai adquirindo uma forma cada vez mais social. Com isso, o ser social atinge seu momento predominante na sociedade, porém, dominado pelas relações sociais de produção capitalistas, o homem passa a depender cada vez mais do trabalho de outros homens para manter-se vivo.

A relação do trabalho com o capital determina uma nova forma de relacionamento do homem com seu trabalho. Esse processo no qual o homem não é mais o proprietário direto dos meios de produção e nem do produto de seu trabalho, embora torne

possível o desenvolvimento das individualidades e da sociabilidade, torna o trabalho estranho² ao trabalhador, o qual passa a não se identificar com os meios e objetos de trabalho, o que acaba impossibilitando a emancipação universal do ser social.

Contudo, a essência de todo esse processo que determina o significado do trabalho na vida dos seres humanos, somente pode ser compreendida, na medida em que as categorias da reprodução social e do trabalho forem analisadas na sua totalidade. Tendo isso em mente, delinhamos nosso segundo e terceiro capítulos, nos quais procuramos³ compreender e tornar evidentes os nexos teóricos do complexo categorial presentes no interior da categoria trabalho, os quais formam a essência do mundo dos homens e do ser social. Embora a categoria da reprodução social seja fundamental e esteja presente neste estudo, salientamos que será por nós apenas introduzida e não aprofundada nesta etapa do trabalho, devido à complexidade de categorias que formam a essência do trabalho e do ser social, nosso principal objeto de estudo.

Em termos metodológicos, no segundo capítulo, evidencia-se as categorias que formam a essência do trabalho e do ser social e que interferem no processo de busca dos meios para a objetivação do trabalho. No terceiro capítulo investiga-se os nexos teóricos do complexo categorial que impulsionam o ser social na busca das finalidades no processo de trabalho. Segundo os autores mencionados, separar os meios e os fins é fundamental para a compreensão do processo de trabalho enquanto totalidade.

A discussão teórica acerca da categoria trabalho, que, segundo Lukács, "*é a categoria fundante do ser social*", começa pela distinção entre o homem e o animal. Estes se diferenciam pela consciência, através da ideação prévia, pela capacidade de projetar em sua

² O capital passa a comandar a vida dos indivíduos, passa a determinar suas vidas. Segundo Lessa seguindo a análise marxiana "*o capital é uma criação humana que se volta a escravizar os próprios homens. É uma afirmação humana da não-humanidade: um estranhamento*". Estes somente poderão ser superados com a superação do modo de produção capitalista. (Lessa, 1997 : 110)

mente o resultado do produto do seu trabalho. Esse processo distingue o homem do animal e é composto por mediações que vão determinar cada individualidade e cada formação social enquanto totalidade. Segundo Lessa (1995), são elas que “fazem de cada etapa da história humana um momento único, inigualável”, sendo que essas mediações são realizadas pelo trabalho dos homens que unifica cada momento do processo de desenvolvimento histórico com a totalidade da reprodução social. A reprodução social é assim definida por Lessa:

“A reprodução social é um complexo formado pelos complexos concretos, sempre contraditórios, através dos quais o homem se constrói enquanto ser social, ontologicamente distinto da natureza” (LESSA, 1995 : 7).

Entre a categoria trabalho e a reprodução social existe uma nítida diferença, mas também uma insuperável conexão: enquanto “*fundamento ontológico do ser social, a categoria trabalho é a base de todo o processo produtivo*”. Assim, somente na reprodução social o trabalho tem existência concreta e, além disso, tanto a reprodução quanto o trabalho se constituem pelas “*decisões alternativas de indivíduos concretos em situações historicamente determinadas*”, e, por isso, possuem o mesmo fundamento histórico (*idem, ibidem : 7-8*).

Além disso, para que a reprodução se realize, a totalidade da natureza deve manter-se como a base originária do ser. Segundo Lessa, “*para que exista a reprodução social é imprescindível a reprodução biológica, sem ela não pode existir a sociabilidade entre os homens*”³. Portanto, o ser social é distinto da natureza, mas ao mesmo tempo ele é a própria natureza⁴ e jamais poderá existir separado dela. No processo de desenvolvimento histórico a reprodução do ser social é assim definida por Lessa:

³ (...)no capítulo do *Trabalho* contido na *Ontologia do Ser Social* de Lukács e no livro *Trabalho e Ser Social* do filósofo Sérgio Lessa(...)

⁴ “A natureza é o corpo inorgânico do homem (...), com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer.” (MARX E ENGELS, 1989 : 155)

"A reprodução do ser social é o processo de elevação do mundo dos homens a patamares superiores de sociabilidade, de modo que o desdobramento concreto é cada vez menos influenciado por categorias oriundas das esferas ontológicas inferiores, e cada vez mais intensamente determinado por categorias puramente sociais" (*idem, ibidem* : 21).

O desenvolvimento da sociabilidade significa uma mudança nas esferas do ser. Segundo Lessa, é um "*salto qualitativo*", mas com isso não rompe com a essência da esfera do ser a que pertence. Assim, se por um lado o ser natural é a base do ser social, por outro a reprodução do mundo dos homens é o resultado da sociabilidade e não da natureza. Porém, sem a natureza como base originária, não existe nenhuma reprodução possível. Portanto, para Lessa, faz parte da essência do trabalho,

"dar sempre vida a formas novas cada vez mais complexas e mais sociais de maneira que a vida do homem se desenvolve cada vez mais num ambiente criado por ele próprio enquanto ente social, e a natureza aqui aparece predominantemente como objeto da troca orgânica com a natureza" (*idem, ibidem* : 28-29).

O trabalho na análise marxiana é uma atividade social, desenvolvida pelos homens em função da vida dos próprios homens. Contudo, para que ele se concretize enquanto categoria fundante do ser social, a natureza deverá permanecer como a base ineliminável da troca orgânica com os seres humanos, caso contrário, não existiria vida e nem reprodução do mundo dos homens.

Desta maneira, introduz-se a discussão sobre a importância do trabalho como categoria fundante do ser social. Para que se possa conhecê-la na sua essência, é indispensável a investigação do desdobramento do complexo categorial presente no seu interior.

Lukács, ao analisar este complexo, parte da categoria trabalho em direção à categoria da totalidade social. Ambas são diferentes, porém entre elas existe uma íntima articulação impossível de ser rompida. Portanto, segundo Lessa, Lukács não reduz o ser social a partir do trabalho, nem analisa o trabalho como totalidade, ao contrário, concebe essas duas categorias distintas e inseparáveis de uma mesma esfera ontológica: "*O mundo dos homens*":

"O fundamento ontológico do mundo dos homens é o trabalho e este nada tem de natural. Pelo contrário, é uma categoria gerada pelos homens em função da vida dos próprios homens e, assim, é puramente social" (*idem, ibidem* : 28).

Segundo Lessa, a categoria da reprodução social é ontologicamente distinta da reprodução natural, porque a reprodução do mundo dos homens requer obrigatoriamente a "*produção de novos e superiores patamares de sociabilidade*". E isso somente o ser social pode oferecer na sua dinâmica de continuidade da história humana. Contudo, para que isso aconteça, é necessário a "*troca orgânica com a natureza*" que encontra no trabalho seu momento predominante (LESSA, 1995 : 36).

Portanto, a menção ao ser social, o principal objeto de estudo deste trabalho, implica em compreender sua base originária. E esta se encontra fundada no trabalho, na contínua realização da atividade humana, possibilitada pelo intercâmbio orgânico do homem com a natureza e da sociedade com a natureza. Com o desenvolvimento das forças produtivas e da sociabilidade do trabalho, o homem vai se afastando cada vez mais do intercâmbio direto com a natureza. Com isso constata-se que nem todas as atividades humanas podem ser consideradas trabalho. No entanto, segundo os autores aqui estudados, sem os fundamentos ontológicos presentes no interior da categoria trabalho, nenhum ato humano seria possível e nenhuma reprodução poderia se concretizar.

Nesse sentido, para que exista a reprodução da vida, no mundo dos homens e do ser social, as esferas anteriores ao ser social devem permanecer eternamente como base do ser a que pertencem, mantendo uma constante inter-relação do homem com a natureza e com a sociedade. Assim, pode-se dizer que quanto mais as forças produtivas e a sociabilidade do trabalho se desenvolvem, mais os homens se afastam da relação orgânica com a natureza e, portanto, mais ameaçada se encontra a reprodução do ser social e do mundo dos homens.

CAPÍTULO PRIMEIRO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1 AS FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS

1.1.1 Formas de propriedade e organização do trabalho

Para compreendermos o processo de evolução social e econômica da história da humanidade, é necessário observar o desenvolvimento do trabalho e como ele realiza a mediação com a totalidade da reprodução social global. Nesse sentido, desde o início da história da humanidade os homens lutam diariamente para se manterem vivos, e esta luta somente pode ser entendida através da análise das formas de produção e reprodução da existência material do mundo dos homens, da organização das formas de propriedade do trabalho através do desenvolvimento da divisão do trabalho e das forças produtivas que

impulsionam a evolução social das diferentes formações econômicas da história da humanidade. É nesse contexto que se busca desenvolver este capítulo histórico que servirá de base para as análises da categoria trabalho, evidenciadas no desenvolvimento deste estudo.

Segundo Marx (1986), o homem surge originalmente como um animal de rebanho, mas que se diferencia dos demais animais através da consciência, pelo fato de possuir a capacidade de idealizar previamente em sua mente, o resultado final do produto do seu trabalho e, por isso, detém o poder de criar e aperfeiçoar seus próprios instrumentos de trabalho. Atuando na natureza, transformando-a, o homem a modifica desenvolvendo alternativas para satisfazer suas necessidades de sobrevivência; também nesse processo desenvolve suas próprias capacidades intelectuais. Através desta inter-relação do homem com a natureza, que se concretiza pelo trabalho, o homem, ao mesmo tempo em que produz sua existência, produz a evolução social e econômica. Esse momento inicial do relacionamento do homem com suas condições de trabalho é assim definido por Marx:

“o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é o de propriedade: esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais. Por isto, o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente do seu trabalho” (MARX, 1986 : 65).

A primeira forma de sobrevivência surge a partir da evolução dos animais em grupos humanos através de “*relações originais e espontâneas*”. Estas tem sua origem na ampliação da família e união de tribos. É uma comunidade humana que inicialmente leva uma vida nômade, e ao chegar em determinado local, apropria-se dos produtos preparados previamente pela natureza, e em seguida segue adiante em busca de novos alimentos para manter sua sobrevivência. O local da fixação dos homens ao solo se dá não como uma consequência da natureza, e sim como uma condição prévia para garantir a sobrevivência dos membros da tribo e da reprodução da tribo enquanto tribo (MARX, 1986 : 66).

A terra é meio de trabalho e matéria-prima que garante a existência de homens vivos e a reprodução da tribo a qual pertencem. A forma de relacionamento do homem com os meios e objetos de trabalho é ingênua e depende do caráter natural da tribo e do desenvolvimento das condições materiais de produção. Os homens se consideram “*proprietários comunais*” da terra e assim alimentam-se com seus frutos, sendo que a reprodução é condicionada pelo fato dos indivíduos serem membros da comunidade e pelo trabalho vivo que realizam (*idem, ibidem*, p. 65-67).

A propriedade tribal espontânea constitui-se no primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida. Através do relacionamento da comunidade com a terra ocorre também o relacionamento do indivíduo com a terra, como sua condição de produção. Por isso, a terra é o “*grande laboratório natural*”, é matéria prima, meio e instrumento de trabalho. Nesse sentido diz Marx, a “*apropriação do processo de trabalho não são produto do trabalho, mas parecem ser pressupostos naturais ou divinos*” (*idem, ibidem*, p. 67).

Esta forma de propriedade⁵ se reduz ao relacionamento dos homens com as condições de produção oferecidas pela natureza para reprodução do próprio organismo vivo do homem. No entanto, quando os produtos necessitam ser encontrados ou descobertos, o trabalho, para realizar esta atividade humana que garante os alimentos, exige necessariamente o desenvolvimento de certas capacidades dos homens, mas os instrumentos de trabalho ainda não se fazem presentes. Essas condições de trabalho são descritas por Marx como “*transitórias e não podem, jamais, ser encaradas como normais; nem mesmo no estágio mais primitivo*” (*idem, ibidem*, 1986 : 86).

⁵ “Propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos do seu próprio corpo.” (MARX, 1986 : 85)

Avançando no contexto histórico, com o desenvolvimento da divisão do trabalho há a separação entre o trabalho industrial e o agrícola, o que vai diferenciar o campo da cidade. Segundo Marx (1986), isso nos remete para o momento da *“propriedade comunal e estamental”*. As suas origens estão na formação das cidades através da união de grupos tribais. A relação entre o trabalhador e suas condições naturais de trabalho, como proprietário, aparece mediada pela existência do Estado⁶. Os membros da comunidade, nessa forma de propriedade, são trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam a terra para garantir suas necessidades de sobrevivência. Portanto, a forma de relacionamento dos membros da comunidade com as condições de trabalho está na *“defesa das necessidades comuns, para a glória comum”* de todos os membros da comunidade e de suas famílias.

Na medida em que a *“propriedade individual não exige mais trabalho comunal para valorizar-se, o caráter primitivo da tribo vai desaparecendo pela própria dinâmica da história”* que determina novas necessidades e os homens vão cada vez mais desenvolvendo suas energias e potencialidades. Com esse processo, surge as condições que *“tornarão os homens proprietários privados de um lote de terra”*, onde os produtos do seu trabalho pertencem ao trabalhador e sua família e não mais a comunidade como no primeiro caso. Neste sentido salienta Marx:

“Ser membro da comunidade continua sendo condição prévia para apropriação da terra, mas na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. Sua relação com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade” (MARX, 1986 :70).

A comunidade aqui é condição da reprodução dos homens que já não são mais simples componentes naturais e espontâneos como na primeira forma. São produtos da *“vida*

⁶ “A comunidade como Estado passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior e, ao mesmo tempo sua garantia.” (MARX, 1986 : 70)

histórica mais dinâmica, do destino e da transformação da tribo". Sua base não é somente a terra, mas a cidade, núcleo da população rural estabelecida. A área rural cultivada é território da cidade, enquanto, na forma anterior, a aldeia é apêndice da terra. A reprodução dos indivíduos como camponeses auto-suficientes depende da sobrevivência da comunidade. A propriedade do trabalho é consequência das próprias condições de trabalho, e seus membros se reproduzem cooperando em trabalhos de interesses comuns. Nesse sentido, a existência do proprietário individual significa uma unidade efetiva para produção das necessidades comunitárias. Portanto, um dos pontos essenciais para se entender a organização do trabalho e reprodução dos indivíduos e das comunidades é analisado por Marx da seguinte maneira:

"Em todas essas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base" (MARX, 1986 : 77).

Assim, esse momento da evolução social e econômica fundamenta-se na reprodução das relações sociais de produção entre os indivíduos e a comunidade e possui raízes na tradição, no costume. Por isso, tem uma "*existência objetiva, definitiva e predeterminada*" nas relações do indivíduo com a comunidade e também com seus meios de produção e instrumentos de trabalho (*idem, ibidem*, p. 79).

A terceira forma de propriedade é "*a propriedade feudal ou por estamentos*". Esta surge, não tanto pelo desenvolvimento do feudalismo, mas pelo desenvolvimento da manufatura, em que o artesão representa uma forma individual de controle dos meios de produção. Na ideologia alemã, Marx e Engels salientam que o desenvolvimento do feudalismo começa num território extenso, preparado pelas conquistas romanas e pelo desenvolvimento da agricultura.

A área rural constitui o ponto de partida da organização social dos artesões ou comerciantes. A propriedade comunal torna-se propriedade coletiva dos senhores feudais, apoiados pela organização militar dos conquistadores tribais germânicos, sendo que, a classe explorada é constituída por servos e não mais por escravos. O desenvolvimento da divisão do trabalho intensifica-se com a separação do campo e da cidade. Com isso, nas cidades desenvolve-se o trabalho privado dos indivíduos, sendo que a forma principal de propriedade é a propriedade territorial trabalhada por servos, e o artesanato, em pequena escala, trabalhado por aprendizes.

De acordo com Hobsbawm (1986), com a dissolução da servidão e o desenvolvimento da manufatura houve uma transformação de todos os ramos de produção. Nas cidades uma *"classe de jornaleiros, à margem das guildas proporciona a criação do proletariado"*. Paralelamente, desenvolve-se a *"burguesia"* na medida em que as condições para sua existência vão surgindo.

Primeiramente, a burguesia dividiu-se em facções e depois absorveu todas as demais classes possuidoras. A partir desse momento histórico vai se desenvolvendo a *"relação entre capitalistas e trabalhadores"*. Portanto, essas transformações se desenvolvem a partir do momento em que as formas de propriedade do trabalho existentes se tornam capital *"industrial e comercial"* (MARX, *apud* HOBBSAWM, 1986 : 31-33).

Para Marx, três fenômenos concorrem para o declínio do feudalismo e o desenvolvimento do capitalismo: 1) uma estrutura agrária que se transforme e possibilite a "libertação" dos camponeses; 2) um desenvolvimento de ofícios urbanos responsáveis pela produção artesanal de mercadorias especializadas não agrícolas e; 3) uma acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura. Portanto, a transição do feudalismo para o capitalismo é um produto da própria evolução feudal, sendo que a separação entre o campo e

a cidade se constitui no aspecto mais importante da divisão do trabalho, que determina o desenvolvimento da manufatura nas cidades e concretiza a relação entre o capital e o trabalho.

A questão chave a ser explicada no processo de evolução social e econômica é a separação das condições naturais de produção da existência material dos homens, na qual o homem deixa de ser um trabalhador que trabalha para si como proprietário e passa a ser um não proprietário dos meios de produção e dos produtos do seu trabalho, ou seja, passa a trabalhar para o capitalista. Depois de ter sido expropriado de suas terras como condição necessária para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao trabalhador, como não proprietário dos meios de produção, somente resta a venda da sua única propriedade: a força de trabalho.

Portanto, o modo de produção capitalista rompe com a relação do proprietário que trabalha para si, tornando os trabalhadores vendedores da força de trabalho, condição necessária para o capital acumular e reproduzir-se. A energia humana de trabalho torna-se mercadoria, mas uma mercadoria que produz valor. Assim, nessa forma específica de produção, o trabalho torna-se apenas um meio para satisfazer algumas necessidades e, por isso, o trabalhador passa a não mais se identificar com a objetivação do seu trabalho. Na condição de não proprietário dos meios para sua subsistência, o trabalho passa a ser estranho ao trabalhador, por este ficar impossibilitado de usufruir o resultado final do produto do seu próprio trabalho. No modo de produção capitalista não é mais o homem que utiliza os meios de produção disponíveis para satisfação de suas necessidades, mas os meios de produção, na forma capital, que utilizam a força de trabalho como mercadoria.

Enquanto que as comunidades primitivas se apresentam como a primeira grande força produtiva que conduz a um modo bem diferente de produção dos homens, tanto por suas qualidades objetivas como subjetivas, estas caracterizam uma etapa inicial do

desenvolvimento das forças produtivas e do relacionamento dos homens como proprietários de suas condições materiais de produção.

No início a evolução social econômica é limitada, e esses limites impelem-na à sua destruição. O próprio desenvolvimento, o crescimento da população e outros fatores passam a impossibilitar a reprodução dos homens e das comunidades as quais pertenciam, juntamente com as relações de propriedade sobre as quais se baseia.

De acordo com Marx (1986), o objetivo de todas as comunidades é a reprodução dos indivíduos como proprietários, mas esta reprodução é ao mesmo tempo, *“nova produção e destruição da velha”* (MARX, 1986 : 87-88).

Em suma, pode-se dizer que os homens, na luta para se reproduzir através dos atos de trabalho, vão buscando alternativas que respondam às suas necessidades tanto objetivas quanto subjetivas. Com isso vão desenvolvendo outras necessidades e possibilidades, outras forças produtivas, outra divisão do trabalho, outras concepções de mundo, outras maneiras de falar, costumes, hábitos, que são determinados de acordo com o surgimento de relações sociais de produção e reprodução, que se desenvolvem como produtos do próprio processo da evolução social da humanidade.

1.2 A ORIGEM DO CAPITAL: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A formação da base que consolidou o surgimento do sistema capitalista de produção está datado no século XVI. No entanto, nos séculos XIV e XV já havia sinais de sua formação em algumas cidades mediterrâneas. A base originária do desenvolvimento do modo de produção capitalista encontra-se no desenvolvimento do sistema feudal e materializa-se na “*separação radical entre o produtor e os meios de produção*”. Essa separação realiza-se de forma cada vez mais intensa e garante a base da evolução do modo de produção capitalista. Sem essa base, o modo de produção capitalista não poderia existir.

Segundo Hobsbawm (1986), a formação da acumulação monetária pertence a “*pré-história da economia burguesa e ainda não são capital*”. O capital surgiu primeiramente ao lado dos antigos modos de produção e posteriormente os destruiu por toda a parte como condição para sua acumulação (MARX, *apud* HOBBSAWM, 1986 : 46 – 48).

Para que esse modo de produção se desenvolva e ganhe vida própria, outros fatores também são determinantes: o primeiro deles é a expropriação dos trabalhadores de suas terras e de seus meios de subsistência. Além disso, é necessário acumular o capital. O modo de produção capitalista também não existiria sem o encontro de duas mercadorias que se relacionam de forma puramente mercantil e que caracterizam a propriedade privada do sistema capitalista de produção. Segundo Marx:

“De um lado, o proprietário do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e portanto do trabalho” (MARX, 1985 : 829).

Estabelecidas as condições para o encontro do trabalhador com o capitalista no mercado, estão dadas as condições necessárias para a produção capitalista que não se limita

apenas em separar os trabalhadores da propriedade dos meios de produção, mas a reproduz em escala cada vez maior. Esse processo vai transformar em capital os meios de produção e vai converter os produtores em assalariados. O trabalhador deixa de ser o proprietário do produto do seu trabalho e passa a ser um não proprietário de seus meios de subsistência. A força de trabalho, a única propriedade do trabalhador, deve ser vendida para garantir a subsistência dele próprio e de sua família. Junto com o processo que resulta no encontro do trabalho com o capital, temos outro processo, a acumulação primitiva, que serve de base e origem do modo de produção capitalista.

A acumulação primitiva se caracteriza como o movimento histórico que separa o produtor direto dos seus meios e instrumentos de trabalho e transforma o trabalhador em um simples vendedor de suas energias (físicas e mentais). Para isso é necessária a dissolução da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra. No entanto, um dos aspectos que marcam esse movimento histórico que transforma os produtores diretos em assalariados é o fato de que estes só se tornaram vendedores de si mesmos, depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as condições que possuíam para realizar a sua reprodução.

O mesmo processo histórico que transforma os trabalhadores em assalariados, transforma a exploração feudal em exploração capitalista. Assim, segundo Marx (1985), os acontecimentos históricos que culminam a época da acumulação primitiva são todas as mudanças nas relações de produção que vão servir de base para a formação da classe capitalista e do trabalho assalariado. Com a dissolução das "*vassalagens feudais*" ocorre o deslocamento dos produtores diretos, que violentamente privados de seus meios de subsistência são lançados no mercado de trabalho como "*levas de proletários destituídos de direitos*" (MARX, 1985 : 831).

1.2.1 Expropriação do Produtor Rural

A expropriação do produtor rural, do camponês que fica privado de suas terras, constitui a base de todo o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para desenvolver-se, o capitalismo necessita transformar a grande massa servil em mercadoria e, além disso, converter seus meios de produção em capital.

Em todos os países da Europa, a produção feudal caracterizava-se pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de súditos ou camponeses estabelecidos em seus domínios, por isso, o *"grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas"*. A história da expropriação violenta que os produtores diretos sofreram, diz Marx, *"está escrita nos anais da humanidade com letras indeléveis de sangue e de fogo"* (MARX, 1989 : 15-16).

Além disso, com o desenvolvimento da manufatura de lã, proporciona-se um aumento no seu preço, o que origina violências na Inglaterra. A nobreza é destituída pelas guerras feudais, e para o modo capitalista de produção em desenvolvimento o que importava era o *"poder dos poderes"*, isto é, o dinheiro. É preciso *"transformar as terras de lavouras em pastagens"*, com isso a classe trabalhadora inglesa é lançada *"da idade do ouro para a idade do ferro"*. Para o modo de produção capitalista, o importante é a *"subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital"* (MARX, 1985 : 833-836).

Esse processo violento recebe grande impulso no século XVI, com a Reforma e com o imenso saque dos bens da Igreja. A Igreja católica, nessa época, é proprietária de grande parte das terras inglesas. Com a reforma os bens eclesiásticos são doados ou vendidos

a preços insignificantes a especuladores, agricultores ou burgueses, o que resulta na expulsão de antigos moradores; além disso, uma parte dos dízimos da Igreja, que estes possuíam legalmente, lhes é roubada. Nessa época, o governo inglês foi obrigado a reconhecer a existência dos pobres e com isso, instituiu "*o imposto de assistência aos pobres*".

No século XVII, a classe de camponeses independentes é mais numerosa que a dos arrendatários. Os trabalhadores rurais ainda eram co-proprietários das terras comuns. Nas últimas décadas do século XVIII, os sinais que ainda restavam da propriedade comunal dos lavradores, desaparecem. Assim, os proprietários de terras aboliem as normas feudais relativas a terra transferindo para o Estado os deveres que estavam vinculados à propriedade do solo e assim submetem os camponeses e o restante da população rural ao regime da "*moderna propriedade privada*" (MARX, 1985 : 838-839).

Os métodos mais comuns utilizados na "chamada" acumulação primitiva são: roubo dos bens da Igreja; alienação fraudulenta dos domínios do Estado; apropriação das terras comuns e transformação da propriedade feudal em propriedade privada. Esse processo vai transformar a terra em mercadoria e resulta na expulsão dos proletários destituídos de qualquer direito. Os arrendatários "*conquistaram os campos para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos*" (*idem, ibidem*, p. 850).

Assim, com a expropriação violenta que sofrem, "*o proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis*". Sem outra alternativa para garantir sua sobrevivência, muitos proletários "*se transformaram em mendigos, ladrões e vagabundos*". Diante dessa realidade, na Inglaterra, no final do século XV e início do século XVI, começou a vigorar a "*legislação sanguinária contra a vadiagem*". Tal legislação trata-os como pessoas que escolhiam

conscientemente o caminho da violência, quando na verdade essa condição lhes foi imposta por força das circunstâncias. Nas palavras de Marx:

“A população rural, expropriada e expulsa de suas terras, forçada à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de formas cruéis que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura” (MARX, 1985 : 854).

Contudo, somente condições de trabalho na forma capital e seres humanos livres para vender sua força de trabalho não são suficientes ao modo de produção capitalista. Ao se desenvolver, o modo de produção capitalista condiciona as relações sociais entre os homens e estas influenciam no comportamento humano. Assim, a classe trabalhadora passa a comportar-se de acordo com as determinações impostas pelo modo de produção dominante que, através da sua ideologia, transmite formas de comportamento e concepções de mundo que passam a ser aceitas “*como leis naturais evidentes*”. E isso consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador, para que esse domínio prossiga e o capitalista continue sendo capitalista e o trabalhador continue sendo trabalhador, salienta Marx: “*basta deixar que o trabalhador se entregue as leis naturais, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas condições*” (*idem, ibidem*, p. 854).

Além disso, a burguesia, que está nascendo, necessita da força do Estado para regular o salário, e assim permanecer no limite mais favorável à produção de mais-valia, prolongando a jornada de trabalho e garantindo a reprodução da força de trabalho do trabalhador. Com isso, a reprodução do trabalhador e da sua família fica completamente condicionada ao salário que este recebe vendendo sua força de trabalho. Segundo Marx, a subordinação do trabalho ao capital é uma consequência decisiva da chamada acumulação primitiva.

A classe de trabalhadores assalariados surge na segunda metade do século XIV e, inicialmente, era formada apenas por uma parcela pequena da população. Estas, no campo tinham a proteção da economia camponesa e na cidade eram protegidas pela organização corporativa. Contudo, tanto na cidade como no campo “*patrões e trabalhadores estavam bem próximos socialmente*”. Nesse período, a subordinação do trabalho ao capital ainda não tem característica essencialmente capitalista, mas a procura pelo trabalho assalariado cresce com intensidade e com isso a parte variável do capital já era superior à constante (MARX, 1985 : 855).

Diante desse contexto, na Inglaterra, começava a vigorar, pelo “*Estatuto dos Trabalhadores de Eduardo III, de 1349, a legislação sobre o trabalho assalariado*”, em que se estabelece uma tarifa de salários para a cidade e para o campo a qual, desde seus primórdios, tinha por objetivo a exploração do trabalhador. Segundo A. Smith, quando a legislação procurava minimizar as diferenças entre as classes, os conselheiros eram sempre os capitalistas (SMITH, *apud* MARX, 1985 : 855-856).

Assim, no período manufatureiro, o modo de produção capitalista já estava plenamente desenvolvido e as leis reguladoras do salário tornaram-se inviáveis. No entanto, sabemos que a lei que vigora até hoje sobre o salário do trabalhador é que este recebe apenas uma pequena parcela do valor de sua força de trabalho empregada diariamente a qual lhe servirá somente para manter-se vivo enquanto força de trabalho, sendo que o restante servirá para aumentar o lucro do capitalista. Para se valorizar, o capital ele necessita de força de trabalho disponível no mercado, mas pouco importa a vida do trabalhador em si.

1.2.2 Do arrendatário ao capitalista industrial

De acordo com Marx, o movimento que faz surgir o arrendatário capitalista se desenvolve lentamente e atinge séculos. Tanto os servos como os pequenos e grandes proprietários ocupam suas terras com títulos de posse, porém, em situações econômicas bem diferentes. Primeiramente o arrendatário aparece como “*servo*”, depois é substituído pelo “*arrendatário livre*”, sendo que o proprietário se encarrega de todo o capital necessário. Mais tarde o arrendatário torna-se “*meeiro*”, desse modo, uma parte do capital é adiantado por ele e outra pelo proprietário, mas os dois ainda compartilham o produto total, conforme determinação do contrato (MARX, 1989 : 76).

O surgimento do arrendatário capitalista ocorre na Inglaterra, onde este passa a adiantar o capital utilizando para sua produção trabalhadores assalariados e “*paga ao proprietário, a título de renda da terra, seja em espécie ou em dinheiro, conforme estipulações do contrato*”. Com a revolução agrícola, o arrendatário enriquece com a mesma rapidez com que a população rural empobrece. A apropriação das pastagens comunais permite-lhe aumentar a quantidade de gado quase sem despesas com matéria prima, pois, ao mesmo tempo, o gado lhe fornece maior quantidade de adubos para o cultivo da terra.

Outro fator que beneficia o arrendatário, bem como os capitalistas emergentes, é a desvalorização dos metais preciosos e da moeda. O resultado disso é uma queda nas taxas dos salários e paralelamente o aumento no preço das mercadorias. Com a elevação dos preços dos produtos agrícolas, o arrendatário expande seu capital-dinheiro que aumenta ainda mais com a renda da terra fixada em valor monetário antigo. Assim, graças aos assalariados e ao proprietário, o arrendatário fica rico, sendo que, no final do século XVI, a Inglaterra possui uma classe de arrendatários capitalistas.

Com a expropriação e expulsão de uma parte da população rural de suas terras, estes trabalhadores ficam sem os seus meios de subsistência. Com isso os camponeses são obrigados a comprar do seu "*novo senhor, o capitalista industrial emergente*", os meios de vida através do salário. O resultado da produção que anteriormente era repartida entre os pequenos produtores e suas famílias, agora, pertence ao capitalista. Em outras palavras: aquilo que garantia a sobrevivência dos proprietários que trabalhavam para si passa a pertencer aos proprietários dos meios de produção, e com isso o grande beneficiado é o "*capital industrial*". Essa mudança proporciona a concentração dos meios de produção, matérias primas e trabalhadores nas mãos do capitalista industrial.

"Os fusos e teares, antes espalhados pelos campos, estão agora reunidos em algumas grandes casernas de trabalho, o mesmo ocorrendo com os trabalhadores e matéria-prima" (MARX, 1985 : 863).

Essa modificação nas formas de produção transforma os meios de subsistência e matérias-primas em mercadorias e também vai beneficiar os capitalistas que passam a comandar os trabalhadores e extrair deles o máximo possível de trabalho não pago, ao mesmo tempo que promove a criação do mercado interno. Assim, os produtos manufaturados, como por exemplo: fios, tecido de linho, que antes eram matérias-primas dos pequenos produtores rurais, agora são vendidos ao mercado pelo arrendatário capitalista.

Esse processo, segundo Marx, além de dissociar o produtor direto dos seus meios de produção e subsistência, separa também a manufatura da agricultura. O modo de produção capitalista, para se solidificar, destrói a indústria doméstica e dessa maneira promove o desenvolvimento do mercado interno. No entanto, mesmo com todas essas mudanças, as manufaturas não conseguiram realizar uma transformação radical no modo de produção, pois, ao mesmo tempo em que separam os pequenos produtores da sua forma de propriedade e produção, criam uma nova classe de pequenos lavradores para a preparação das matérias-primas necessárias ao processo de trabalho industrial. Vale lembrar que o modo de produção capitalista é contraditório, por isso ao mesmo tempo em que cria, destrói.

O desenvolvimento da indústria moderna, com suas máquinas, vai proporcionar a base para uma transformação radical nos processos de trabalho. Ela separa por completo a agricultura da produção doméstica rural, extingue a fiação e a tecelagem e se apropria do mercado interno em benefício do capital industrial.

O surgimento do capitalista industrial⁷ não foi lento como o surgimento do arrendatário. O desenvolvimento gradual do capitalismo não era mais compatível com as *"necessidades do novo mercado mundial criado pelas grandes descobertas no final do século XV"*. A Idade Média originou duas formas de capital que antecederam a era capitalista: *"o capital usurário e o capital mercantil"*. Essas formas se desenvolvem nas diversas formações econômicas e sociais pré-capitalistas. Entretanto, o capital dinheiro formado por meio da usura e do comércio era impedido de se converter em *"capital industrial pelo sistema feudal no campo e pela organização corporativa na cidade"*. Para que esses fatores deixassem de ser entraves para o capital, foi necessária a dissolução das vassalagens feudais e a expropriação e expulsão de grande parte dos produtores rurais. Com isso as novas manufaturas foram se instalando nos comércios marítimos ligados à exportação ou em locais fora do controle do

antigo modo de produção, resultando num confronto entre as "*idades corporativas e esses novos centros manufatureiros*" (*idem, ibidem*, p. 867-868).

Na Inglaterra, no final do século XVII, estão presentes vários sistemas: "*o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo*". Esses métodos, em geral violentos e brutais, utilizam o poder do Estado e a força organizada da sociedade para transformar o modo feudal de produção no modo capitalista de produção. Aqui, cabe ressaltar que a própria sociedade pedia mudanças e assim o novo modo de produção vai se desenvolvendo nas entranhas do velho.

O sistema colonial⁸ desenvolve o comércio, a navegação e favorece o mercado para as manufaturas em expansão garantindo uma acumulação crescente. As riquezas acumuladas pela pilhagem, escravização e massacre retornam para a Europa onde se transformam em capital.

A Holanda, em 1648, atinge o ápice do desenvolvimento comercial, contudo, era o "*país mais sobrecarregado de trabalho, o mais pobre e o mais brutalmente oprimido de toda a Europa*" (MARX, 1885 : 871).

O sistema da dívida pública⁹, cujas origens estão na Itália, toma conta de toda a Europa no período manufatureiro, impulsionado pelo comércio marítimo e guerras comerciais, ganha forças primeiramente na Holanda. "*O crédito público tornou-se o credo do capital*". Assim, esse sistema transforma-se "*numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva*" e com isso converte o dinheiro em capital, sem expor o capitalista a aborrecimentos e riscos nas suas aplicações. Além disso, desenvolve as "*sociedades anônimas, o comércio com títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, em suma, o*

⁷ "Industrial aqui se opõe à agrícola. Mas, o arrendatário agrícola se inclui na categoria de capitalista industrial, do mesmo modo que o fabricante." (*idem, ibidem*, p. 867)

⁸ "O sistema colonial desempenhava um papel preponderante. Era o "deus estrangeiro" que subiu ao altar onde se encontravam os velhos ídolos da Europa e, um belo dia, com um empurrão, joga à todos por terra. Proclamou a produção da mais-valia, último e único objetivo da humanidade." (*idem, ibidem*, p. 872)

jogo de bolsa e a moderna bancocracia", originando assim um sistema internacional de crédito que favoreceu a acumulação em vários países (MARX, 1985 : 874-878).

O sistema tributário surge como complemento do sistema de empréstimos nacionais, sendo que o objetivo é cobrir os juros e demais pagamentos anuais da receita pública. Os empréstimos possibilitam os governos a liquidar despesas, mas, por outro lado, levam o governo a aumentar os impostos e com isso os governos acabam tendo que recorrer a novos empréstimos sempre que surgem novas despesas. Contudo, salienta Marx, o mais importante nesse processo é percebermos a violência com que o camponês, o artesão e demais integrantes da classe média inferior são expropriados, sendo que esta expropriação é fortalecida pelo sistema protecionista¹⁰. Todos esses sistemas desenvolvem-se com o objetivo de capitalizar os meios de produção e subsistência, o que impulsionou o surgimento da acumulação capitalista e da indústria moderna.

Em suma, os acontecimentos históricos que marcam o processo da "*chamada acumulação primitiva*" do capital são: a transformação direta de servos e escravos em assalariados, a expropriação violenta do produtor direto de seus meios de produção e a dissolução da propriedade fundada no trabalho do produtor direto. Esse movimento que expropria violentamente muitos produtores de suas condições naturais vai possibilitar a base para o enriquecimento de alguns, o surgimento da propriedade privada e a origem da acumulação primitiva do capital.

À propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção, tanto da pequena indústria como da agrícola ou manufatureira, se constitui na base da produção social,

⁹ "A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arrematantes de impostos, comerciantes e fabricantes particulares lhes proporcionam o serviço de um capital caído do céu. Mas, além de tudo isso, a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, em suma, o jogo de bolsa e a moderna bancocracia." (*idem*, *ibidem*, p. 873)

"a escola onde se elaboram a habilidade manual, a destreza engenhosa e a livre individualidade do trabalhador". No entanto, no modo capitalista de produção a propriedade privada do trabalho se fundamenta "na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente" o trabalhador deixa de utilizar suas energias de forma completa. As relações sociais¹¹ entre as pessoas passam a ser mediadas pelo capital, e o trabalho passa a ser estranho ao trabalhador¹², este não mais se identifica com seu trabalho e por isso, quando está trabalhando se sente como um animal, porque o trabalho assalariado é alienado na medida em que se constitui apenas no meio que vai garantir a sua força de trabalho viva (*idem, ibidem*, p. 880).

Outro aspecto importante a ser evidenciado é que, com a centralização de capitais, muitos capitalistas vão sendo eliminados, dando início ao processo de expropriação dos próprios capitalistas. Assim, com o desenvolvimento das forças produtivas e internacionalização do capital ao mercado mundial, vai diminuindo o número de capitalistas que monopolizam todas as vantagens desse modo de produção, e com isso, aumenta a miséria e exploração dos trabalhadores e degradação da sociedade.

Em suma, segundo Marx, o monopólio do capital passa a enterrar o modo de produção que nasceu com ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um patamar elevado que acaba se tornando incompatível com o modo capitalista de produção. Assim, com o passar do tempo a produção capitalista acaba produzindo sua própria negação.

¹⁰ "O sistema protecionista foi um meio artificial de criar fabricantes, de expropriar os trabalhadores independentes, de converter em capital os instrumentos e condições materiais de trabalho, de abreviar à viva força a transição do mundo tradicional ao moderno." (*idem, ibidem*, p. 106)

¹¹ "Um negro é um negro. Só se converte em escravo, se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições, não é capital como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é preço do açúcar... O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção." (MARX, 1985 : 855)

¹² "O trabalhador somente se sente livremente ativo em suas funções biológicas animais como: comer, beber, procriar(...), em suas funções humanas só se sente ainda animal(...) O que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal." (MARX E ENGELS, 1989 : 154)

1.3 O TRABALHO: DA MANUFATURA À INDÚSTRIA MODERNA

1.3.1 A Cooperação Capitalista

O ponto de partida para a produção capitalista é a existência do capital, é a reunião de muitos trabalhadores e dos meios de produção num mesmo local de trabalho, sob o comando do mesmo capitalista. A forma cooperativa de os homens produzirem sua existência os distingue pela atividade que executam, pois cada tarefa tem sua própria especificidade que determina como deve ser realizado o produto do trabalho. Desta maneira, os homens, ao produzirem determinados produtos, diferenciam-se uns dos outros, trabalhando no mesmo local de trabalho em processos de produção iguais ou diferentes, porém conexos pela dependência que um trabalhador tem do trabalho do outro e por estarem sob o comando de um mesmo capitalista.

A cooperação¹³ produz uma nova força produtiva, a força coletiva de trabalho, que surge da união de muitas forças que possibilitam o aumento da produtividade do trabalho através do estímulo que um trabalhador passa para o outro. Além disso, a cooperação possibilita a diminuição dos custos do capitalista, já que a concentração da mão de obra dos trabalhadores e dos instrumentos de trabalho permite uma redução do tempo de trabalho necessário no processo de produção e com isso cede porção menor de valor às mercadorias, resultando no barateamento das mesmas.

O trabalho, por ser individual dentro do mesmo processo de trabalho, representa uma das partes do trabalho total. O trabalhador ao cooperar com outros dissolve os limites de sua individualidade, desenvolve suas capacidades e ao mesmo tempo a sociabilidade, pois o trabalho é o resultado de uma nova força social adquirida pela força de

¹³ "A cooperação capitalista, pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, desenvolve-se em oposição à economia camponesa e ao exército independente dos ofícios (...)

trabalho coletiva. O capitalista organiza o processo produção da melhor maneira possível para ampliar o seu capital, ou seja, maior produção de mais-valia através da exploração cada vez maior da força de trabalho. Nas palavras de Marx:

“Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro” (MARX, 1985 : 384).

A cooperação é a primeira forma de os homens produzirem sua existência como não proprietários dos meios de produção. O capital emancipa os homens de suas condições naturais de produção para os manter sob seu domínio e exploração, realiza isto reunindo os trabalhadores em grandes oficinas, por que, ao mesmo tempo em que economiza os meios e instrumentos de trabalho, fica mais fácil controlar as forças de trabalho, para que produzam com eficácia, garantindo a condição essencial para o capital se expandir.

1.3.2 Divisão social e técnica do trabalho

A divisão do trabalho origina e organiza a forma cooperativa de trabalho e, por isso, constitui-se numa das características do período manufatureiro. A manufatura nasce a partir do artesanato de duas maneiras: primeiramente, quando os trabalhadores de ofícios diferentes são reunidos numa oficina sob o comando do mesmo capitalista, sendo que cada trabalhador exerce uma única função isoladamente; posteriormente, os ofícios perdem sua particularidade e se tornam especializados constituindo etapas do processo de produção de uma mercadoria. Portanto, nas palavras de Marx, a manufatura,

(MARX, 1985 : 382).

"Ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos" (MARX, 1985 : 389).

Para que se possa compreender a divisão do trabalho no período manufatureiro, deve-se considerar o processo de produção em suas diferentes fases, que resultam da própria natureza geral da cooperação. A atividade do artesão é dividida em etapas complexas ou simples, no entanto, ela continua sendo manual e depende da habilidade e agilidade do trabalhador individual ao utilizar seu instrumento de trabalho. Nessa etapa de desenvolvimento do trabalho, o trabalhador é um artesão parcial, responsável por uma das etapas do processo de produção, porém, o "*ofício continua sendo a base*" (*idem, ibidem*, p. 389).

Um trabalhador coletivo especializado numa única atividade constitui o mecanismo vivo da manufatura, já que, devido a sua prática e habilidade, consegue diminuir o tempo de trabalho necessário no processo produtivo. Mas, para que isso ocorra, é necessário que as ferramentas de trabalho estejam nas mãos dos trabalhadores, estas, juntamente com as qualidades do trabalhador parcial especializado, caracterizam os elementos simples do período manufatureiro. No entanto, a repetição contínua da mesma tarefa, por um lado, organiza socialmente o processo de trabalho, desenvolvendo as especificidades dos ofícios e, por outro lado, aprisiona e mutila o trabalhador.

A divisão do trabalho origina uma hierarquia da classe trabalhadora no processo de trabalho; as atividades exigem grau de desenvoltura diferentes para as diferentes operações executadas no processo de trabalho. Assim, numa atividade o trabalhador necessita de mais força física, noutra, mais destreza e numa terceira, mais atenção. Quando a mesma qualidade não é encontrada na mesma pessoa, os trabalhadores são separados, classificados e

reagrupados segundo os critérios das qualidades dominantes, ou seja, de um lado os hábeis e de outro os menos hábeis.

A manufatura desenvolve, portanto, a hierarquia na classe trabalhadora a qual determina a diferença nos salários. Então, o que caracteriza a divisão do trabalho no período manufatureiro é a separação hierárquica entre os trabalhadores, e esta se encontra vinculada ao grau de destreza e habilidades individuais de cada trabalhador.

Tanto a divisão social do trabalho como a divisão manufatureira do trabalho desenvolvem-se a partir de dois pontos opostos. Na família, tribo ou comunidade desenvolve-se a divisão natural do trabalho, que depende do sexo e da idade. Esta divisão do trabalho toma como base os aspectos puramente fisiológicos. A troca de produtos entre uma comunidade e outra, vai estabelecer relações entre os ramos de produção diferentes dentro do conjunto da produção social que forma a sociedade na totalidade. Portanto, *“a divisão social do trabalho surge aí através da troca entre ramos de produção que são originalmente diversos e independentes entre si”*. A divisão natural do trabalho constitui-se no ponto de partida de um todo unificado. A troca de produtos como mercadorias entre as comunidades possibilita uma relação de dependência e independência entre os diversos trabalhos (MARX, 1985 : 403-404).

No período manufatureiro a divisão do trabalho depende do número de trabalhadores empregados e da destreza dos mesmos. Entretanto, a divisão do trabalho na sociedade depende da magnitude e densidade da população. Conforme aumenta a população, aumenta também o número de trabalhadores, e estes elevam a força produtiva da sociedade. Tanto a produção como a troca de mercadorias são os fundamentos do modo de produção capitalista, *“a divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade tenha atingido certo grau de desenvolvimento”*. Este desenvolvimento influencia a divisão manufatureira do trabalho que multiplica a divisão social do trabalho, principalmente,

com a “*ampliação do mercado mundial*” e com o “*sistema colonial*” que marcam esse período (*idem, ibidem*, p. 404 – 405).

A divisão do trabalho na sociedade desenvolve-se a partir das relações de troca, da compra e da venda dos produtos de diferentes ramos de produção, do trabalho parcial de cada força de trabalho que compõe o trabalhador coletivo, e isto significa a dispersão dos meios de produção entre os produtores independentes de mercadorias. No período manufatureiro, ao contrário, a divisão do trabalho concentra os meios de produção nas mãos de um capitalista. Portanto, a divisão social do trabalho é inerente às diversas formações sociais e econômicas da sociedade, já a divisão manufatureira do trabalho é uma característica do modo de produção capitalista.

O ponto de partida, tanto da cooperação quanto da manufatura, é a reunião de um grande número de trabalhadores num mesmo local de trabalho e sob o comando de um mesmo capitalista. A divisão do trabalho estabelece o número de trabalhadores a ser empregados pelo capitalista. Com o aumento do capital variável aumenta o capital constante e assim o capitalista amplia seu negócio investindo uma parcela do seu lucro em matérias-primas e instrumentos de trabalho. Esse incremento dos meios de subsistência e de produção em capital é uma “*lei que decorre do caráter técnico da manufatura*”, em benefício da acumulação do capital (MARX, 1985 : 411 - 412).

A cooperação simples não realiza nenhuma grande modificação no modo de trabalhar, no entanto, a manufatura modifica as relações dos trabalhadores entre si, criando uma hierarquia entre os próprios trabalhadores. Com isso, deforma o trabalhador levando-o a desenvolver artificialmente uma atividade parcial às custas do incremento do processo de produção, ou seja, submete o trabalhador ao comando e à disciplina. Segundo Marx “*Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial*”. A

divisão manufatureira do trabalho separa definitivamente o trabalhador de suas condições de produção, dominando suas forças intelectuais e atacando em suas raízes vitais, no processo material de produção de sua existência. Esse processo inicia com a cooperação simples, desenvolve-se na manufatura e completa-se na indústria moderna (*idem, ibidem*, p. 412 -416).

1.3.3 Maquinaria e indústria moderna

Marx salienta que não existe uma linha que demarca uma época histórica da outra, no entanto, através da análise do desenvolvimento dos instrumentos de trabalho utilizados no processo de produção e das formas de propriedade do trabalho, pode-se perceber as mudanças ocorridas no desenvolvimento dos modos de produção. Na manufatura o ponto de partida para revolucionar o modo de produção capitalista é a força de trabalho, na indústria moderna é o instrumental de trabalho, ou seja, a maquinaria. O objetivo da maquinaria é baratear os custos das mercadorias, e consegue isto diminuindo o tempo de trabalho necessário na produção. Além disso, é utilizada pelo capitalista principalmente como meio de produzir mais-valia.

Assim sendo, torna-se relevante a compreensão de como o instrumental de trabalho transforma-se de ferramenta manual em máquina para a análise das mudanças ocorridas nas diferentes épocas sociais.

O desenvolvimento da maquinaria consiste em três partes distintas: “o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho”. O motor é a força central de todo o mecanismo que produz sua própria força ou recebe o impulso de uma força natural externa. A transmissão regula o movimento, transformando-o perpendicular em circular, sendo que tanto o motor como a transmissão são responsáveis pela distribuição do movimento às máquinas-ferramenta para atingir o objetivo desejado no processo de trabalho. A máquina-

ferramenta é o ponto de partida para a transformação da manufatura em exploração mecanizada. Contudo, independentemente de onde venha a força motriz, sua essência não muda, pois, quando a ferramenta se transfere do homem para um mecanismo, a máquina substitui a ferramenta e o trabalhador transmuta-se em peça humana que acompanha a velocidade da máquina, alimentando-a com as matérias primas necessárias à produção de mercadorias (*idem, ibidem*, p. 425-427).

No período manufatureiro muitas ferramentas tornaram-se máquinas, mas isso não significou nenhuma revolução no modo de produção. Porém, com a indústria moderna, a existência da máquina torna as mudanças evidentes. A própria máquina a vapor, inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e utilizada até o final do século XVIII, não provocou nenhuma revolução industrial, ao contrário, foi a “*invenção das máquinas-ferramenta que tornou necessária uma revolução na máquina a vapor*” (*idem, ibidem*, p. 428).

Com a invenção da máquina-ferramenta e o desenvolvimento da produção mecanizada ocorre uma grande revolução nos processos de trabalho, mesmo na sua forma manual, a ferramenta é máquina. O homem passa a ser um simples apêndice da máquina, e o emprego de sua força humana torna-se um instrumento imperfeito para produzir um movimento uniforme. Com a incorporação da mecânica nos instrumentos de trabalho, a produção liberta-se dos limites da força humana de trabalho.

O desenvolvimento da ciência e da técnica, desde os primórdios do capitalismo, traz consigo o objetivo de favorecer o modo de produção através da intensificação do processo de produção da mais-valia, do aumento da produtividade com o trabalho não-pago, da exploração do trabalhador em benefício do capital. No entanto, como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, somente

transferem seu valor ao produto, por isso, ao invés de baratearem-no, encarecem-no ainda mais na proporção do seu valor.

A produção mecanizada elimina a cooperação fundada no ofício e manufatura manual, tornando a força muscular humana dispensável, e com isso permite o emprego de mulheres e crianças.

Contraditoriamente à época atual, a maquinaria inicialmente amplia o número de assalariados colocando todos os membros da família do trabalhador sob a exploração do capital. Desse modo, divide o valor da força de trabalho adulta entre os demais integrantes da família. Por outro lado, com o passar do tempo, a força de trabalho adulta vai se tornando supérflua, não mais necessária para a expansão do capital.

A maquinaria, além de ser o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho ou de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, é o meio mais eficaz de prolongar a jornada de trabalho e com isso intensifica a extração da mais-valia. Contudo, significa uma vitória do homem sobre as forças naturais de produção. Não é a máquina em si que é nefasta, mas sim a maneira em que é utilizada no modo de produção capitalista. Portanto, segundo Marx:

“O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói” (MARX, 1985 : 492).

Com isso, parte da classe trabalhadora torna-se supérflua, não mais necessária à expansão do capital e estes trabalhadores vão engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, fazendo cair o preço da força de trabalho empregada abaixo do seu valor. Os trabalhadores historicamente são enganados e iludidos de que o sofrimento causado pelo desemprego é algo passageiro, que tão logo a economia se restabeleça eles retornarão ao

mercado de trabalho, contudo, basta olharmos para as estatísticas sobre o desemprego mundial e veremos o quanto é assustador o número de seres humanos que ficam sem os meios necessários para garantir apenas a sua reprodução biológica.

Portanto, o desenvolvimento da maquinaria, ou produção mecanizada, permite maior extração da mais-valia através de maior exploração do trabalhador, eleva a produtividade do trabalho utilizando cada vez menos mão-de-obra, tornando improdutiva uma parcela cada vez maior da população que compõe a classe trabalhadora.

A maquinaria elimina o trabalho baseado no ofício, e a manufatura concretiza. A divisão social do trabalho amplia a potencialidade da produção ao mesmo tempo em que acelera a destruição e a morte de uma parcela elevada de seres humanos que ficam sem possibilidades de reproduzir suas vidas na sociedade regida pela lógica capitalista. Isto porque, para o capital pouco importam as conseqüências avassaladoras da sua auto-reprodução; para ele o importante é continuar se expandindo, mesmo que uma parcela muito grande da população mundial não encontre formas para realizar a sua reprodução biológica e social.

1.4 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS HOMENS

Até o momento, vimos algumas características sobre as formas pelas quais os homens produzem e reproduzem sua existência, no decorrer do desenvolvimento histórico, econômico e social da humanidade. Partindo das formações econômicas pré-capitalistas procurou-se analisar as mudanças que ocorreram nos processos de organização do trabalho, nas formas de propriedade, nos meios e instrumentos de trabalho. Com isso, verificou-se alguns aspectos de como o trabalho se torna o momento predominante na mediação com a totalidade da reprodução social, desde a época mais primitiva até a origem do capital e desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas.

Estudar as formas de produção e reprodução da existência humana significa entrar em contato com atos de trabalho que são historicamente determinados pelas relações sociais que compõem os diferentes modos de produção que constituem a totalidade da evolução social e econômica da humanidade.

A produção da existência dos homens se concretiza através da relação original e espontânea com a natureza, sendo que esta nasce juntamente com o processo de evolução dos animais em grupos humanos. O fato de o homem possuir a capacidade de idealizar previamente em sua mente o resultado final do produto do seu trabalho, impulsiona-o a atuar e transformar a natureza, e ao mesmo tempo ele recebe um retorno dos objetos transformados, resultando no desenvolvimento das suas potencialidades humanas e na sua reprodução social.

Somente através do trabalho é que se pode analisar as diferentes formas de produção e reprodução da existência. Ao transformar sobre a base produtiva para se reproduzirem, os homens se desenvolvem e, ao mesmo tempo, desenvolvem também sua consciência. Para Marx e Engels (1996), a consciência se desenvolve no meio social e se reflete na maneira de pensar, nos hábitos, nos costumes, na linguagem, nas relações sociais,

etc. Portanto, a “*produção de idéias, de representações, da consciência*” é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e de suas próprias condições de produção da vida material¹⁴, ou seja, pelo modo em que os homens produzem a existência. Assim, Marx nos diz que, “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*”. É nesse sentido que nasce a consciência, que desde o início é um “*produto do meio social*”. Desaa maneira, podemos dizer que o comportamento humano está intimamente articulado com o modo pelo qual os homens realizam a produção da vida material, de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, das diferentes formações econômicas e sociais da humanidade (MARX E ENGELS, 1996 : 36-37).

Além disso, o fato de o homem produzir e reproduzir sua vida, tanto material quanto espiritualmente, eles começam a procriar. A família inicialmente é a única relação social, e com ela tem-se o aumento da população e o desenvolvimento da divisão do trabalho que se estabelece inicialmente dentro da própria família, pelo sexo, idade, etc. Com o aumento da população surgem novas necessidades, como o aumento da demanda pelo consumo que obrigatoriamente deve ser suprido pelo aumento da produtividade. Nesse sentido, novas relações sociais são produzidas pelos indivíduos entre si, juntamente com o desenvolvimento dos meios de produção e instrumentos de trabalho utilizados no processo de trabalho.

Outra forma de os homens produzirem sua existência é a forma cooperativa que surge como uma força produtiva nova que determina o estado social e histórico do desenvolvimento da humanidade. Nela, os homens, tanto o artesão quanto o camponês, se diferenciam uns dos outros através da especificidade da atividade que realizam no processo de produção. Portanto, mesmo trabalhando em conjunto, no mesmo local de trabalho, utilizando

¹⁴ “Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias (...) se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às

os mesmos instrumentos de trabalho, os homens não se igualam. No entanto, através das relações de troca de mercadorias via comércio, forma-se a conexão entre os homens. Segundo os autores aqui estudados, a história da humanidade *“deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas”* (*idem, ibidem*, 1996, p. 41-42).

Portanto, na medida em que o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, ele desenvolve uma base produtiva e relações sociais que o diferenciam dos demais animais. Através da satisfação das primeiras necessidades básicas, surgem novas necessidades e com isso ocorre o desenvolvimento gradual de novas forças produtivas que vão determinando novas mudanças nas relações sociais de produção e estas resultam no desenvolvimento cada vez maior tanto da divisão do trabalho quanto das relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si e com a sociedade na sua totalidade. Através desse processo de socialização das forças produtivas o homem, por um lado, vai se afastando cada vez mais da relação direta com a natureza e, por outro, vai se reproduzindo como ser social, cada vez mais construído socialmente.

A origem do capital e o desenvolvimento do modo de produção capitalista emancipa os homens das condições naturais de produção e com isso estabelece uma nova forma de os homens produzirem sua existência, tanto fisicamente como socialmente. A divisão do trabalho acentua-se com a separação do campo e da cidade, o que vai originar também a separação do trabalho agrícola do trabalho industrial. A relação do trabalho com o capital dissolve as formas em que o trabalhador vive como um proprietário que trabalha a terra como condição natural de sua reprodução. Essas condições históricas e econômicas se constituem nos fundamentos da aparição do trabalhador livre que, como não proprietário dos meios de produção, se torna proprietário apenas de sua força de trabalho. Assim, sua reprodução emancipa-se da natureza e torna-se dependente do capital.

suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos

Portanto, a classe trabalhadora através da objetivação e alienação do seu trabalho cria o valor das mercadorias produzidas que pertencem ao capitalista. Em troca recebe um salário que lhe permite apenas manter a sua força de trabalho viva. A inversão da relação de propriedade dos meios e produto do trabalho que torna o trabalhador um vendedor da sua força de trabalho faz com que o trabalho se concretize apenas como meio de garantir a sua reprodução física e biológica, por isso, o trabalho torna-se estranho, alheio ao trabalhador, por este não se identificar mais através dele.

Em suma, o trabalho inicialmente tem sua base primitiva que com o passar do tempo desaparece por tornar-se insuficiente para o progresso da humanidade. No entanto, percebe-se que muda a forma de os homens produzirem sua existência, a forma de propriedade do trabalho e dos produtos do trabalho. Nesse sentido pode-se dizer que a importância do trabalho na reprodução dos homens varia de sociedade para sociedade. O que não muda é a essência da categoria trabalho que é responsável pela produção e reprodução do mundo dos homens e do ser social.

O trabalho, na análise marxiana, é uma categoria social¹⁵ que foi criada pelos homens pelas necessidades de reprodução da vida humana. Constitui-se na atividade essencial da relação do homem com a natureza e com a sociedade.

Através dessa contextualização, não restam dúvidas de que os homens ao longo do tempo constroem o mundo através de condições dadas historicamente pelas possibilidades e necessidades que são determinadas de acordo com o patamar de desenvolvimento das relações sociais de produção e das forças produtivas. Nesse sentido, no modo de produção capitalista, o trabalho atinge patamares elevados de socialização, e com isso o ser social vai se

homens é o seu processo de vida real." (*idem, ibidem*, p. 36-37)

¹⁵ "O fundamento ontológico do mundo dos homens é o trabalho e este nada tem de natural. Pelo contrário é uma categoria gerada pelos homens em função da vida dos próprios homens e, assim, é puramente social." (LESSA, 1995 : 28)

constituindo um ser cada vez mais construído socialmente, contudo sua reprodução torna-se puramente mercantil.

O modo de produção capitalista é contraditório, e assim como surgiu através da necessidade de os homens reproduzirem-se socialmente, atualmente uma parcela cada vez maior de seres humanos encontra-se desprovida desse direito. Para o capital, o que importa é a reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria, enquanto objeto útil de exploração do homem pelo homem e não a reprodução biológica de todos os seres humanos. Portanto, se por um lado, o capital¹⁶ desenvolve as forças produtivas a patamares nunca alcançados anteriormente, por outro lado, através do desemprego o elimina. Um trabalhador desempregado fica sem condições de garantir a sua reprodução, já que na sociedade do trabalho alienado o salário é o único meio pelo qual o homem pode realizar sua reprodução e garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, a dinâmica da evolução social e econômica da humanidade nos mostra que o surgimento de uma nova forma social é ao mesmo tempo a morte da velha forma social e o surgimento de uma nova que vem como alternativa para suprir determinadas necessidades dos homens. Assim, podemos pensar que nas entranhas do modo de produção capitalista pode estar se originando uma nova forma de os homens produzirem sua existência, já que nesta sociedade muitos seres sociais encontram-se com a sobrevivência ameaçada tanto pelo desemprego quanto pela violência e destruição do meio ambiente.

No nosso entender, a grande contradição do sistema capitalista é que ele socializa os processos de trabalho e a forma de produzir mercadorias, no entanto toda a produção da riqueza social não é socializada, e, além disso, para o capital se reproduzir,

¹⁶ “O capital pode, hoje, se libertar dos grilhões legais a ele impostos e reclamar, a alto e bom som, o seu domínio quase completo sobre toda a sociedade. Entretanto, uma coisa se pode dizer: essa lua de mel do capital não é eterna. Fora dessa sociedade de produtores independentes existem milhões de desempregados e um exército de famintos, todos batendo às portas dessa sociedade. Quanto tempo esse “mar de rosas” do capital vai durar não se pode saber. Não se trata de uma questão teórica.” (TEIXEIRA, 1996 : 74)

necessita reproduzir constantemente o “*exército industrial de reserva*”, que está se tornando cada vez maior. Contudo, segundo Lukács, os homens são os responsáveis pela história, e assim, se os homens decidirem coletivamente, esta lógica poderá ser invertida quando “*o homem for produto do próprio homem; quando o reino da necessidade der lugar ao reino da liberdade*”. (AUED, I., 1999). Somente assim, a produção da existência humana poderá ser universalmente constituída.

CAPÍTULO SEGUNDO

2. A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

O objetivo neste capítulo é introduzir e analisar a essência das categorias que formam o complexo do trabalho e sua importância na formação e reprodução do mundo dos homens e do ser social. Através desta análise busca-se entender as articulações lógicas e as consequências teóricas da tese sobre a centralidade do trabalho em Lukács. No livro *Trabalho e Ser Social*¹⁷, Lessa nos oferece uma excelente contribuição teórica acerca do nosso objeto de estudo. É portanto, a partir dela que iniciaremos nossa fundamentação¹⁸.

Segundo Lessa (1997), Lukács, ao aprofundar seus estudos marxistas, tinha em mente o desenvolvimento de uma “*ontologia do ser social*” e não de uma “*ontologia geral*”. Como para Marx o mundo dos homens é uma contínua interação entre o homem e a natureza, torna-se necessário o apontamento de alguns traços de uma ontologia geral para que se possa compreender os processos de “*continuidades e rupturas ontológicas*” presentes entre

¹⁷ LESSA, S. *Trabalho e ser social*. EUFC/EDUFAL. Maceió, 1997.

¹⁸ Salientamos que devido a complexidade do objeto analisado, este estudo foi limitado ao entendimento do pensamento lukácsiano interpretado principalmente pelos estudiosos brasileiros: Sergio Lessa, Ivo Tonet e Ricardo Antunes.

o “*ser humano e a natureza*”. Somente dessa maneira, pode-se compreender as particularidades que constituem a totalidade do mundo dos homens e do ser social.

Ao analisar a “*historicidade do ser*”, Lessa começa pela categoria da “*substância*”¹⁹ a qual é considerada como o “*nóculo essencial a toda ontologia*”. Na ontologia de Lukács existem dois aspectos importantes relacionados a esta categoria. O primeiro é que Marx teria visualizado uma nova dimensão “*absolutamente histórica, da substancialidade*”²⁰. O segundo trata da diferença entre “*essência e fenômeno*”, não pela diferença no grau do ser entre eles, mas pela essência ser o “*locus da continuidade*”, ou seja, por concretizar-se ao longo do tempo no processo histórico. Com isso o autor afirma que em Lukács,

“(…) todo o ser, a natureza assim como a sociedade, é entendido como um processo histórico, (...) a historicidade assim instituída representa a essência de todo o ser” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 32).

Para Lukács, essência e fenômeno possuem um caráter “*histórico e dinâmico*”. Assim, o ser é histórico pelo fato de sua essência²¹ concretizar-se ao longo do próprio “*processo de desenvolvimento ontológico*”. Já o fenômeno²² é “*parte existente na realidade social*”. Assim, Lessa salienta que devemos ter claro que tanto os atos particulares dos indivíduos quanto as formas historicamente determinadas possuem um importante papel no desdobramento da essência no “*ser-precisamente-assim*”. Portanto, a essência diferencia-se

¹⁹ “(...) A substância é aquilo que, no perene mudar das coisas, mudando a si mesma, é capaz de conservar na sua continuidade. Este conservar-se dinâmico não é, todavia, necessariamente conexo a uma ‘eternidade’: as substâncias podem surgir e perecer, sem por isso deixar de ser substância, já que dinamicamente se mantiveram no período de tempo da sua existência.” (LUKÁCS *apud* LESSA, 1997 : 33)

²⁰ “(...) a substancialidade (...) não é uma relação estático-estacionária de autoconservação que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir, ela ao invés se conserva na sua essência, mas processualmente, se transformando no processo, se renovando, participando do processo.” (*idem, ibidem*, p. 33).

²¹ “A essência são os traços mais profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo. A essência é o *locus* da continuidade”. (*idem, ibidem*, p. 33)

²² “O fenômeno é uma entidade social tal como a essência, (...) uma e outra são apoiadas pelas mesmas necessidades sociais, e uma e outra são elementos reciprocamente indissociáveis desse complexo histórico-social.” (*idem, ibidem*, p.34)

do fenômeno pela sua relação com a “*continuidade*”, que une os diferentes momentos do processo de desenvolvimento histórico e relaciona-os com a totalidade da reprodução social (LESSA, 1997 :34-35). Assim, para Lukács,

“(…) o mundo dos fenômenos não pode em momento algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas, pelo contrário, precisamente a inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes fundamentos reais da desigualdade e da contraditoriedade no desenvolvimento social.” (*idem, ibidem*, p. 36).

A relação entre essência e fenômeno determina as desigualdades do “*desenvolvimento social e portanto, a essência humana*”. A reprodução das individualidades são também portadoras de determinações “*genérico-essenciais do ser social*” e estas encontram-se vinculadas às determinações de cada momento histórico no processo de evolução da humanidade. Nesse sentido, a evolução da essência humana e a maneira com que cada individualidade se desenvolve somente podem ser analisadas de acordo com as particularidades que constituem as diversas formas de produção e reprodução da existência dos homens ao longo do desenvolvimento histórico. A particularidade de cada momento histórico articula-se a uma complexa totalidade que por sua vez articula essência e fenômeno originando novas formas de possibilidades no desenvolvimento da essência, na práxis diária dos homens. Nas palavras de Lukács significa que:

“(…) A esfera de conteúdos que os homens podem por a si mesmos como finalidade desta práxis é determinada – enquanto horizonte – por esta necessidade do desenvolvimento da essência, mas exatamente enquanto horizonte, enquanto campo de manobra para as posições teleológicas reais nele [no horizonte] possíveis não com o determinismo geral, inevitável, de todo conteúdo prático. No interior deste campo, toda posição teleológica se apresenta como alternativa (...) com o que termina excluída toda a pré-determinação, a necessidade da essência assume obrigatoriamente para a práxis dos homens singulares a forma da possibilidade.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 37).

O desenvolvimento da essência desenha no universo humano um horizonte de possibilidades, onde as posições teleológicas²³ desenvolvem-se pela tomada de consciência dos seres humanos na sociedade. Com o desenvolvimento da consciência e da sociabilidade, os homens buscam, na vida social, meios ou alternativas para satisfazer suas necessidades e realizar sua reprodução social. A partir da efetivação dessas alternativas surgem novos campos de possibilidades para o desenvolvimento humano. Desse modo, as alternativas encontradas pelos homens, para realizarem a sua reprodução, desenvolve-os e isso resulta numa transformação do ser-precisamente-assim existente, pois, segundo a análise marxiana do trabalho, as ações humanas ampliam os limites do possível. Nesse sentido, os homens, ao transformar a natureza através dos atos de trabalho, transformam-se a si próprios e ao mesmo tempo produzem a evolução social da humanidade. Entretanto, na práxis social, os indivíduos deparam-se também com uma enorme gama de impossibilidades como resultados dos limites do próprio condicionamento do processo histórico.

Na análise lukácsiana, “*o ser é essencialmente histórico*”, sendo que o seu desenvolvimento dá origem a dois momentos distintos e ao mesmo tempo articulados. O primeiro é formado pelos elementos que articulam a “*continuidade do processo no interior do seu devir, são a sua essência*”. O segundo momento é marcado pelos elementos que formam a diferença entre os instantes que são os “*fenômenos*”. Estes quando articulados com os momentos de continuidade podem se articular a um processo mais geral. Por isso, são essenciais “*tanto para o ser social como para o ser em geral*”. Nesse sentido, essência e fenômeno não se diferenciam, enquanto “*níveis distintos do ser (...) ambos são igualmente reais*”. Segundo Lessa, conforme a concepção da substancialidade de Marx, estes devem necessariamente possuir o mesmo “*estatuto ontológico*” (LESSA, 1997 : 38-39).

²³ “Todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim.” (LUKÁCS, *O Trabalho*, tradução TONET – mimeo : 5 s/d)

Para Lessa, a “*universal historicidade do ser*” é o ponto de partida na análise do trabalho em Lukács. O segundo ponto é o “*caráter puramente social do mundo dos homens*”. A substancialidade do mundo dos homens é concebida como resultado único da “*ação dos homens, enquanto indivíduo e enquanto gênero humano*”. E isto significa que, no pensamento de Lukács, não existe qualquer característica de “*caráter mítico e religioso*” como dizem alguns teóricos. Ao contrário, a substancialidade do mundo dos homens somente pode ser construída a partir dos próprios homens e pelas suas ações. Com base nisso, pode-se dizer que os homens são os responsáveis pela sua história, “*os homens são os demiurgos do seu destino*”. Nesse sentido, constata-se que os homens não vivem no mundo que desejam, pelo contrário, os homens constroem seus destinos buscando alternativas que possam responder as suas necessidades de reprodução biológica e social, e estas, encontram-se historicamente determinadas de acordo com o desenvolvimento de cada momento histórico e de acordo com as possibilidades e limites encontradas em cada formação social (LESSA, 1997 : 46).

Os homens, na luta para realizar a produção e reprodução da existência, trabalham e, como seres sociais, realizam o intercâmbio orgânico com a natureza através de atos teleologicamente postos pela ação da consciência. E esta inter-relação contínua e eterna do homem com a natureza somente é possível via trabalho. Para existir vida, o ser inorgânico deve necessariamente permanecer como a sua base originária, caso contrário, não existiria mundo dos homens e nem ser social. Em outras palavras: ser social e natureza são esferas distintas, porém inseparáveis dentro da esfera ontológica, que forma a totalidade do ser em geral, sendo que, o trabalho é responsável pela mediação entre essas esferas.

Lessa define três esferas ontológicas distintas do ser: a inorgânica, a biológica, o mundo dos homens e nesta o ser social. Entre essas esferas existe uma diferença ontológica nas formas do ser. No entanto, apesar de distintas, as esferas encontram-se ontologicamente

articuladas, pois uma esfera depende da outra para existir. Portanto, para que possamos falar do ser social temos que ter claro a diferença e a relação entre o mundo dos homens e a natureza. E isto, significa que o ser social somente pode se constituir e reproduzir numa eterna articulação com a natureza. Sem essa relação de troca orgânica do homem com a natureza, sua base originária, não pode haver a reprodução do mundo dos homens e nem do ser social.

Segundo Lessa (1997), entre uma esfera e outra existe um “salto ontológico” que determina a mudança de um nível do ser para outro, e este salto ontológico resulta numa transformação “qualitativa e estrutural do ser”. Este momento significa uma negação da esfera anterior e determina a “essência” do salto ontológico. Nesse sentido, para que o novo ser se desenvolva, ele necessita de um “longo e contraditório processo de construção” que impulse e possibilite o salto ontológico que vai originar uma nova qualidade no ser nascente. Contudo, isso não significa uma ruptura com a esfera anterior (LESSA, 1997 : 20).

Portanto, com base nas considerações colocadas até o momento podemos afirmar que a produção e a reprodução da existência do mundo dos homens e do ser social dependem necessariamente da contínua e ineliminável troca orgânica do homem com a natureza, e essa troca é concretizada através do trabalho. O trabalho é responsável pela mediação do homem com a totalidade da reprodução social independentemente das formações sociais e econômicas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais que as acompanham, o ser vai tornando-se cada vez mais construído socialmente. Ou seja: passa a ser cada vez mais influenciado pelas categorias puramente sociais e cada vez menos influenciado pelas categorias naturais. Marx denomina esse momento de “afastamento das barreiras naturais”, conforme vimos na contextualização histórica do capítulo primeiro. No entanto, é preciso ter claro que o afastamento das barreiras naturais não significa jamais uma ruptura com a natureza, pois a natureza é a base originária da vida e do ser social e assim

deverá permanecer continuamente para que se realize a reprodução do mundo dos homens e do ser social.

2.1 O Trabalho

Segundo Lessa, para Lukács, as categorias do trabalho e da totalidade social são absolutamente necessárias para a compreensão e análise do mundo dos homens e do ser social. Estas articulam-se de maneira íntima e, apesar de distintas, são “*inseparáveis de uma mesma esfera ontológica*” que nada mais é do que o mundo dos homens. Entretanto, Lukács optou por iniciar sua análise a partir da categoria do trabalho em direção à totalidade social. Porém, salienta que a categoria trabalho analisada isoladamente é uma “*abstração teórica necessária*” para que se possam compreender as articulações internas do complexo do trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Com isso, certos elementos de análise permanecerão no horizonte e serão aproximados somente quando aparecerem diretamente relacionados com a categoria do trabalho (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 49).

Na análise lukácsiana, o trabalho²⁴ é o meio pelo qual se concretiza a interação entre o homem e a natureza. O trabalho desenvolve a “*sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem*”, por isso é o centro do processo de humanização do homem. Os homens, para produzirem e reproduzirem suas vidas diariamente, trabalham e, como seres sociais, desenvolvem seus instrumentos de trabalho, suas próprias condições materiais para satisfazer as necessidades de produção e reprodução da vida. Esse processo realiza-se de acordo com as possibilidades e limites presentes em cada formação social ou momento

²⁴ “O trabalho é, portanto o elemento mediador entre a esfera da necessidade e da realização desta (...). Através do processo de auto-realização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como o avanço em relação à natureza, configura-se o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social.” (ANTUNES, 1999 : 139)

histórico. O fato de o homem ter a capacidade de criar seus instrumentos de trabalho e de idealizar previamente em sua mente o resultado final do produto do seu trabalho, torna-o um ser social diferente dos demais animais. De acordo com Tonet, outro pensador lukácsiano:

“Somente o trabalho tem, na sua natureza ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (...), como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (...). No trabalho estão gravadas in nuce todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Deste modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, O Trabalho, tradução TONET – mimeo : 3 s/d).

O trabalho é responsável por todas as criações humanas e transformações que constituem a qualidade de tudo o que existe de novo no ser social e na sociedade. Portanto, trabalho é uma “*categoria exclusivamente social*” que foi criada pelos homens pela necessidade de sobrevivência, por isso não é uma categoria natural. Deste modo é enunciada a categoria ontológica fundante do ser social. No pensamento lukácsiano, o trabalho como criador de “*valores de uso*” é uma necessária condição para a existência da humanidade. Independente das formações sociais e econômicas, o trabalho tem uma função “*eterna e ineliminável*” de fazer o intercâmbio da natureza com a vida dos homens (*idem, ibidem*, p 3).

Uma das características do trabalho é que através dele pode-se perceber a diferença entre o homem e os demais animais que formam a totalidade da natureza, e isso é possível porque somente no ser social existe uma articulação entre a “*teleologia e causalidade*”. Esta articulação é concretizada no processo de objetivação inerente a todo o processo de trabalho. É sobre a íntima relação entre estas categorias presentes no interior do trabalho e que formam a essência do ser social que trataremos a seguir.

2.1.1 Teleologia e Causalidade

Segundo Lessa (1997), a essência do trabalho em Lukács é uma “*peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade*”. Somente no mundo dos homens a teleologia pode ser encontrada. Para a realização de um ato teleológico é necessária a idealização prévia, a visualização dos fins, dos resultados do trabalho, e isso somente pode acontecer porque o homem, diferentemente dos animais, possui consciência e através dela obtém a capacidade de imaginar, de planejar ou idealizar previamente o objetivo final do seu trabalho. Nas palavras de Marx:

“Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (...) o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1985 : 202).

A teleologia foi concebida por Hegel e Aristóteles enquanto “*categoria universal*”, no entanto, a teleologia somente pode existir no ser social e como um momento presente apenas no interior da categoria trabalho. Lessa, tal como Lukács, recusa a idéia da teleologia estar presente no “*desenvolvimento ontológico global*” e também como “*motor da história humana*”. Caso esta idéia fosse verdadeira, segundo ele, seria impossível reconhecer que os homens fazem sua própria história. Para nossos autores, esta afirmação de Marx, não pode conceber a teleologia como “*categoria ontológica universal*” (LESSA, 1997 : 50-51).

Assim, para Lessa, a teleologia²⁵ é uma categoria “*ontológica objetiva*”, que forma a essência do mundo dos homens, exclusivamente no ser social, sendo que somente no

²⁵ “ (...) todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim.” (LUKÁCS, *O Trabalho*, tradução TONET - mimeo : 5 s/d)

trabalho esta categoria encontra sua plena realização. Portanto, o objetivo da teleologia é atingir um determinado fim, por isso pode ser definida como um “*momento real da realidade material*”. Neste sentido, a teleologia no momento da objetivação do processo de trabalho torna-se uma “*categoria posta*” na realidade material pela consciência dos homens durante o ato de trabalho. Segundo Lukács:

“Quando (...) a teleologia é encarada como categoria realmente operante somente no trabalho, se tem inevitavelmente uma co-existência concreta, real necessária, entre causalidade e teleologia. Estas permanecem sempre contrapostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada nas interações destes opostos e que, para traduzir em realidade tal interação, faz com que a causalidade, sem que por isso se lhe modifique a essência, se torne também ela posta” (LUKÁCS, *apud* LESSA 1997 : 52).

O autor, ao analisar a relação entre teleologia e causalidade, salienta que estas vivem “*contrapostas*” e que somente no interior do trabalho se unem para transformar seus objetivos em realidade concreta. No entanto, depois desta união entre a teleologia e a causalidade é que a causalidade se torna causalidade posta, conservando sua característica como “*princípio do automovimento que repousa sobre si mesmo*”. Ou seja: a causalidade é própria realidade material que existe independentemente da consciência do ser social, mas que necessita da ação do homem para ser transformada e se reproduzir. Portanto, considerando que a teleologia se limita aos atos humanos e o fato de a causalidade estar presente na realidade material independente do ser social, existe uma necessária articulação entre teleologia e causalidade. E esta íntima relação determina um caráter “*posto*” que, segundo Lessa, significa o momento da

“(…)mediação através da qual a objetividade primária do ser se subordina a dadas posições teleológicas, as quais têm o poder de articular as propriedades da natureza em novas formas e relações, dando origem a uma nova objetividade (o mundo dos

homens), mas tendo também o limite de não alterar o caráter ontologicamente primário do ser"²⁶ (*idem, ibidem*, p 54).

A relação entre teleologia e causalidade constitui-se segundo Lessa (1997), pela "*realização material de uma idealidade posta; um fim previamente idealizado que transforma a realidade material, introduzindo-lhe algo qualitativa e radicalmente novo em relação à natureza*". Através da interação do trabalho com a natureza, o homem realiza uma posição teleológica com "*meios e fins*", sendo que o fim é o próprio resultado, o produto final do trabalho. Assim, a busca consciente de um resultado no processo de trabalho somente pode ser obtida através da tomada de uma posição teleológica e de acordo com os meios possíveis para realizá-la. Nesse sentido, a teleologia torna-se posta em ação pela consciência com o objetivo de atingir o "*resultado de uma necessidade humana e social*" que os homens necessitam e devem obrigatoriamente reproduzir diariamente para manterem-se vivos. Para Lukács, isto não significa reduzir a teleologia a "*mera subjetividade*", no entanto, sem a subjetividade, sem a consciência do ser social, não existe teleologia. Portanto, em Lukács,

"A consciência, com o ato de pôr, dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. O pôr, portanto, tem neste caso um ineliminável caráter ontológico" (LUKÁCS *apud* LESSA, 1997 : 52).

O trabalho é o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um "*verdadeiro pôr teleológico*" como momento efetivo da realidade material. Através do trabalho, da contínua realização da satisfação das necessidades humanas, da busca pela produção e reprodução da vida, a consciência do ser social deixa de ser uma simples adaptação ao meio ambiente e transforma-se em "*algo autônomo*". Com isso, o ato

²⁶ "Para compreender com clareza como isto acontece podemos também utilizar as análises de Aristóteles e de Hegel. Aristóteles distingue, no trabalho, dois componentes: o pensar e o produzir. Através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para realizá-lo, através do segundo o fim posto se torna real." (LUKÁCS, *O Trabalho*, tradução TONET - mimeo: 8 s/d)

teleológico funda pela primeira vez a especificidade do ser social. Neste sentido, no pensamento lukácsiano,

“só é lícito falar do ser social quando tivermos compreendido que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas” (LUKÁCS. *O Trabalho*. tradução TONET - mimeo : 8 s/d).

Contudo, a causalidade posta continua sendo a causalidade, mas é posta por fundar uma “*nova objetividade*” orientada teleologicamente. Com isso constata-se que existe uma necessária relação entre teleologia e causalidade. Porém, o fato de a causalidade ser posta através da realização material de um pôr teleológico não altera a essência da causalidade que continua sendo o “*princípio do automovimento que repousa sobre si mesmo*”, independentemente do ato teleológico. Desta maneira, os autores lukácsianos recusam totalmente a “*identidade entre o sujeito e o objeto*” (LESSA, 1997 : 54).

Para melhor compreendermos como ocorre o processo de transformação na vida dos objetos pelo sujeito que o criou no momento da síntese entre a teleologia e a causalidade e da transmutação da causalidade em causalidade posta, vamos aprofundar os estudos sobre o processo de objetivação, no qual veremos como uma posição teleológica se realiza na realidade do ser material originando uma nova objetividade, garantindo assim a essência do ser social.

2.1.2 Objetivação e Conhecimento

Segundo Lukács, a objetivação é “*o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta*”, resultando numa transformação na vida dos objetos com relação à sua socialização. Ela concretiza a idealização-prévia contida no ato

teleológico com o resultado material do ato de trabalho, sem que a teleologia e a causalidade percam suas qualidades, mantendo-se sempre “*ontologicamente distintas*”. Portanto, segundo Lessa, o processo de objetivação realiza a síntese entre a teleologia e a causalidade e ao mesmo tempo, no interior do trabalho, funda o ser social como causalidade posta. Cabe lembrar que o homem se apropria da natureza transformando-a e ao mesmo tempo transforma-se a si próprio. Como resultado, o ser social diferencia-se da natureza, desenvolvendo sua individualidade e a sociabilização dos objetos transformados pela objetivação do trabalho. Assim, para reafirmar todo esse processo de produção e reprodução do mundo dos homens e do ser social, é necessária a tomada permanente de posições teleológicas sobre a base material. O momento é assim descrito por Lukács:

“O mais alto grau do ser por nós conhecido, o ser social, se constitui como grau específico, se destaca do grau sobre o qual apoia sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova e distinta espécie de ser, apenas porque nele há este operar real do teleológico. Nós podemos falar do ser social somente quando compreendermos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o seu devir enquanto algo que é em si, se apoia no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 55).

Nesse sentido, através da objetivação do trabalho ocorre a união entre a teleologia e a causalidade e, sem que tenham alteradas suas características, tornam o “*ser social essencialmente causalidade posta*”. Portanto, a teleologia e a causalidade são distintas e apenas no ato de trabalho se encontram, porém continuam mantendo suas diferenças. Assim, os objetos da natureza continuam sendo natureza, mas o ser social adquire uma nova qualidade. Neste sentido Lessa (1997), salienta, “*a realização da teleologia conduz, necessariamente, a profundas transformações na própria causalidade: a gênese de uma nova esfera ontológica, o ser social*”. Entretanto, a esfera do ser anterior ao ser social, continuará sempre existindo como a base originária do ser a que pertence. A natureza é anterior ao

homem e sempre será a base originária do ser para que assim a vida possa se reproduzir e nela, o ser social.

Segundo Lessa, a mudança possibilitada pelo encontro da teleologia com a causalidade é um grande “salto ontológico”. Contudo, para que isso se concretize é necessário o poder do pensamento e a vontade humana colocada em prática pelo ato de trabalho dos homens. Para não deixar dúvidas, o processo de objetivação é assim definido pelo autor:

“a objetivação é o momento do trabalho pelo qual a transformação teleologicamente orientada de um setor da realidade dá origem a uma nova forma de ser, a uma nova objetividade. Esta nova objetividade é o mundo dos homens, uma esfera ontológica distinta da natureza²⁷” (*idem, ibidem*, p. 61).

Portanto, a prévia-ideação que vai originar o encontro da teleologia e da causalidade, apesar de abstrata, é real pelo fato de determinar uma transformação na vida dos objetos e na vida dos homens. Contudo, os objetos da natureza não passam por nenhuma transformação interna. Nesse sentido, os elementos da natureza continuam com seu “*caráter natural intocado: a atividade natural se transmuta, sem que altere em termos ontológico-naturais seus fundamentos*”. O homem, através da consciência, idealiza seus produtos e trabalhando a natureza, desenvolve novas formas, novos objetos, de acordo com suas necessidades e possibilidades, e, ao mesmo tempo, vai desenvolvendo a base produtiva, juntamente com as relações sociais de produção. Isso acontece pelo retorno que o homem recebe em troca do seu trabalho. Enfim, o homem realiza uma posição teleológica, que, acompanhada pelo conhecimento da realidade do objeto sobre o qual atua, resulta na transformação da natureza e ao mesmo tempo, no seu próprio desenvolvimento. Essa transformação é concretizada pelo processo de objetivação do trabalho, que, por sua vez, vai originar uma nova qualidade do ser, sem perder seus fundamentos naturais. Portanto, o salto

ontológico conseguido pela objetivação do trabalho significa que: “*natureza e trabalho, meio e fim, alcançam alguma coisa que é em si homogênea: o processo de trabalho e, no final, o produto*”. Contudo, a natureza continua sendo a natureza, pois a “*teleologia e a causalidade são sempre ontologicamente distintas*”, apesar de não existirem separadas (LESSA, 1997 : 57).

Para os autores lukácsianos aqui estudados, uma vez trabalhado, o objeto transforma-se em um “*ente distinto do sujeito que o criou*”, passando a ter uma vida independente, é isso que possibilita uma ação de retorno do objeto sobre o criador e sobre a sociedade. Nesse sentido, o agir do homem na sociedade é chamado de sua “*segunda natureza*”. A totalidade social se reproduz mediada pelos atos de indivíduos concretos e coloca frente aos indivíduos uma “*exterioridade e uma objetividade*” que somente pode ser transformada pela ação dos homens através do desenvolvimento da sociabilidade do trabalho. Nas palavras de Lukács citadas por Lessa:

“O homem que age praticamente na sociedade se encontra, por isso, frente a uma segunda natureza, para a qual ele, se quer gestá-la com sucesso, deve se comportar como se comporta para com a primeira, isto é, deve buscar transformar em um fato posto por ele o curso das coisas que é independente da sua consciência, deve portanto, ter-lhe conhecido a essência, estampado nela o cunho que deseja” (*idem, ibidem, p. 58*).

Para a natureza ser transformada e o processo de objetivação ser alcançado, na prática cotidiana, é necessário o conhecimento correto do real existente na sociedade, no momento da transformação. A satisfação desta necessidade é obtida pelo desenvolvimento da “*ciência*”²⁸. Isso significa entrar em contato com as necessidades e as possibilidades existentes no momento da transformação, e estas encontram-se determinadas historicamente

²⁷ “(...) se trata de uma objetividade completamente nova, peculiar, que não tem qualquer analogia nas formas de ser precedentes(...)” (*idem, ibidem, p. 61*)

pelo próprio nível do desenvolvimento da ciência. Segundo Lessa, este contato do homem com o conhecimento ocorre através dos “*processos valorativos*” presentes na consciência do ser social. Portanto, o processo de transformação do real somente pode acontecer através da concretização da objetivação do trabalho, sendo que os valores possuem um papel fundamental nesse processo. Estes são construídos socialmente na consciência dos indivíduos que vivem em sociedade e são transmitidos através da ideologia, educação, usos e costumes, enfim, pelo conhecimento adquirido na práxis social e não na relação direta com a natureza. Conforme Lukács:

“A base do trabalho é que o ser, o movimento, (...) da natureza são completamente indiferentes para nossas decisões; é apenas o conhecimento correto que permite dominá-los praticamente. Ora, o acontecer social tem, certamente também ele, uma legalidade imanente “natural” e neste sentido se move independentemente das nossas alternativas, do mesmo modo como faz a natureza” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 59).

Como já foi dito, o ser social constitui-se pela síntese entre a teleologia e a causalidade. A teleologia, sem deixar de ser o que é transforma-se em causalidade posta. Assim, um novo ser desenvolve-se a partir do salto ontológico. Este, uma vez concretizado, torna-se objetivado através do desenvolvimento “*puramente causal*”, tornando-se um “*ente objetivo, portador de sua própria história*”. No interior da realidade social que está sendo construída pelos atos humanos, se encontra também a construção da subjetividade dos indivíduos, ou seja, uma coisa é a construção da realidade social e outra bem diferente é a construção social do indivíduo enquanto individualidade. Estas não existem separadamente, mas jamais serão idênticas. Os autores, aqui estudados, descartam completamente a identidade entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Lessa, Lukács

²⁸ “o trabalho criou a ciência como órgão auxiliar para se realizar um nível cada vez mais elevado, sempre mais social, todavia a inter-relação entre um e outra pode se efetivar apenas no âmbito de um desenvolvimento desigual.” (*idem, ibidem*, p. 69)

denominou esta distinção entre sujeito e objeto de “alienação”, que aprofundaremos mais adiante no estudo.

O ser social constitui-se socialmente levando consigo sua base originária que vai constituir a totalidade das relações sociais. Assim, através da “objetividade originária”, o ser social assume na práxis cotidiana, o caráter de “segunda natureza” pelo fato de o sujeito e o produto distinguirem-se ontologicamente e, com isso, cada um ter a sua história própria. Por terem uma história própria, as criações humanas objetivadas pelo trabalho agem sobre a história independentemente dos indivíduos. Baseado nisso, segundo Lessa, Marx afirma que “os homens fazem a história, mas em circunstâncias que não escolheram.” (LESSA, 1997 : 62).

Por mais que a sociabilidade e as forças produtivas se desenvolvam, o ser social e a natureza se encontrar-se-ão sempre no mesmo “plano ontológico”. Por serem esferas distintas não significa que uma seja mais importante do que a outra. Neste sentido, a igualdade no “estatuto ontológico” desenvolve-se também nos diferentes complexos do ser social²⁹.

Para Lessa, toda a posição teleológica lukácsiana é formada por dois momentos: “a posição do fim e a busca dos meios”. O primeiro ato de trabalho é orientado para a posição do fim³⁰; este orientará o processo de objetivação. Por outro lado, a “busca dos meios constitui a mediação que fixa e desenvolve os conhecimentos do real adquiridos ao

²⁹ Apesar de não aprofundarmos a questão neste momento do nosso trabalho, consideramos importante salientar que a postura de Lukács com relação à objetivação, não tem nenhuma aproximação com a “ontologia tradicional, com o marxismo vulgar e com Hegel”. Portanto, para Lukács, o que distingue a “infra-estrutura da super-estrutura” é o fato de a reprodução da base material ser o “momento predominante” do processo reprodutivo total. Neste contexto, o desenvolvimento do trabalho ocorre dentro do complexo econômico que se constitui pelas relações sociais de produção responsáveis pelo trabalho nas diferentes formações econômicas e sociais. (*idem, ibidem*, p.64)

³⁰ “A finalidade nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne uma verdadeira posição de um fim, é necessário que a busca dos meios, isto é o conhecimento da natureza, tenha chegado a um certo nível adequado; quando tal nível ainda não foi alcançado, a finalidade permanece como um mero projeto utópico, uma espécie de sonho(..)” (LUKÁCS, *O Trabalho*, tradução TONET - mimeo : 11 s/d)

longo da história". Neste sentido, a busca dos meios possui um papel fundamental, porque, além de fixar os conhecimentos do real, desenvolve os conhecimentos do ser-precisamente-assim existente. Segundo Lessa, separar estes dois momentos é fundamental para que se possa compreender o processo de trabalho e sua importância na ontologia do ser social. Baseados nisso, neste capítulo as análises fundamentam-se em torno da "busca dos meios", e posteriormente, no capítulo terceiro, aprofundaremos as análises sobre a "posição do fim", dos atos de trabalho (*idem, ibidem*, p. 65-66).

Em Lukács, a consciência é construída socialmente como um resultado do mundo material, com isso a "busca dos meios" significa um impulso que é obtido pelo conhecimento do real com a intenção de atingir uma finalidade. É o momento em que "o trabalho se conecta com a origem do pensamento científico e com o seu desenvolvimento"³¹.

Portanto, a ciência cumpre uma "função social específica". Ela fixa o conhecimento sobre a natureza e desenvolve-o no processo histórico. Segundo Lessa (1997), o complexo social da ciência possui uma história própria, tal como qualquer outro complexo parcial, porém, as demandas que impulsionam o seu desenvolvimento são determinadas pelo "desenvolvimento social global". Assim sendo, a forma como a ciência se desenvolve encontra-se vinculada com o nível de desenvolvimento social e econômico já existente na sociedade, enquanto complexo da totalidade social.

Todo o ser tem sua particularidade constituída dentro de uma dada totalidade, por isso o conhecimento adquirido é sempre portador de "determinações universais", e essas determinações universais podem ser traduzidas em ciência. Esta articulação entre o "pensamento científico e práxis cotidiana" mantém-se ao longo do tempo como "complexo específico do ser social". Portanto, o cotidiano faz a relação do real com as particularidades

³¹ "(...) a investigação dos objetos e processos naturais (...) é constituída, por sua essência, mesmo que por longo tempo disto não se tenha consciência, por atos cognoscitivos reais e portanto compreende em si, desde o início, a gênese da ciência." (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 66)

de cada momento que formam o universo da totalidade social. Como já foi dito, para que uma posição teleológica se realize com sucesso, o ser social deve obrigatoriamente conhecer a realidade do objeto a ser transformado, como se apresenta segundo seus limites e possibilidade (LESSA, 1997 : 69).

Nesse sentido, na esfera da "*busca dos meios*" a prévia-ideação torna-se o momento predominante da causalidade com relação as possibilidades e necessidades inerentes a todo processo de trabalho. Além de efetivar o encontro da teleologia e da causalidade através do processo de objetivação, possibilita a teleologia a incorporação das determinações do real. Contudo, esta relação entre a teleologia e a causalidade não deve ser cristalizada num "*modelo rígido abstrato*". Toda posição teleológica requer conhecimento do "*ser-precisamente-assim existente*", no entanto, essa exigência pode ser entendida como absoluta apenas pela realidade do ato em questão, caso contrário, seria impossível a "*atualização do fim*". É o conhecimento do objeto a ser transformado que vai possibilitar o sucesso da posição teleológica, mesmo nas épocas mais primitivas. Portanto, não é necessário o conhecimento geral ou absoluto do objeto a ser objetivado. Para o êxito de um pôr teleológico é necessário o conhecimento do ser na sua particularidade e de acordo com o desenvolvimento e determinações de cada momento histórico, caso contrário, não pode haver transformação, ou seja, o trabalho não se torna objetivado (*idem, ibidem, p. 71-72*).

Concluimos repetindo em poucas palavras o que já foi colocado. A objetivação é o momento da síntese entre a teleologia e a causalidade que somente pode se concretizar no interior do complexo do trabalho. Esse encontro forma a essência do trabalho dando origem a um salto ontológico que funda do ser social. Com o desenvolvimento das forças produtivas, do conhecimento e das relações sociais de produção, o ser social vai se tornando cada vez mais socializado. No entanto, esse processo somente pode se realizar numa contínua e ineliminável troca orgânica do homem com a natureza, sem ela seria impossível a reprodução

do ser social. Portanto, para que o processo de objetivação se concretize e a teleologia converta a causalidade em causalidade posta, torna-se necessário o conhecimento da realidade a ser transformada, para que o ato de trabalho ou posição teleológica sejam bem sucedidos, e a humanidade continue se desenvolvendo. Além disso, é importante salientar novamente que, em Lukács, o caráter posto da causalidade não diminui a distinção ontológica entre sujeito e objeto, estes permanecerão sempre distintos enquanto criador e criatura.

A seguir continuaremos explorando as categorias que formam o complexo do trabalho e que fazem do ser social um ser cada vez mais influenciado pelas categorias puramente sociais, porém mantendo sempre a íntima e ineliminável articulação com a sua base originária do ser: a natureza. Neste contexto, vamos nos deter na importância das categorias dos reflexos e das alternativas presentes na realidade social que influenciam na consciência dos seres sociais no momento da tomada de posições teleológicas.

2.1.3 Reflexos e Alternativas

Para que haja a transformação da realidade é necessário o conhecimento do objeto a ser transformado. Segundo Lessa, é o conhecimento do objeto a ser transformado que conduzirá o ato teleológico à realização dos fins. Este momento possui um “*caráter de reflexo*”. Neste sentido, a teoria do “*reflexo*”³² tem uma importância fundamental para uma “*ontologia materialista-dialética do ser social*”, sendo que entre o reflexo do real e a realização dos fins existe uma “*efetiva heterogeneidade*”. Esses dois atos³³ são decisivos para o desdobramento categorial do trabalho, e isto significa que no plano ontológico o ser social se divide em dois momentos opostos: “*o ser e seu reflexo da consciência*”. Além disso, Lessa salienta a importância de se ter claro que o reflexo não é uma simples cópia do real pela subjetividade e que, portanto, o “*reflexo é uma categoria decisiva da consciência*”, responsável pela apropriação do real considerado, encontrando sua existência real no momento da “*busca dos meios*”³⁴ necessários para a realização do ato de trabalho.

Através da consciência o homem aproxima da sua mente o seu objetivo para executar o ato de trabalho. Nesse sentido, como já dissemos o conhecimento é fundamental tanto para a reprodução do ser social quanto da sociedade na sua totalidade. Somente a partir do conhecimento dos meios o ser social consegue atingir o seu objetivo final no processo de trabalho. Contudo, através da diferença nas formas do ser, entre o reflexo e a realidade social, estabelecem-se contradições específicas do mundo dos homens frente à natureza.

³² “o reflexo é uma atividade da consciência que cria uma nova forma de objetividade, a qual juntamente com outros fatores objetivos e subjetivos, será determinante do ser-precisamente-assim de cada pôr teleológico, de cada ato humano.” (LESSA, 1997 : 77)

³³ “Os dois atos heterogêneos dos quais estamos falando são: de um lado, o reflexo o mais exato possível da realidade tomada em consideração, de outro, o correlato pôr daquelas cadeias causais que, como sabemos, são indispensáveis para a realização da posição teleológica.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 74)

³⁴ “(...) uma das premissas objetivas, ontológicas, do trabalho é que apenas um reflexo correto da realidade como ela é em-si, independentemente da consciência, pode conduzir à realização da posição teleológica, pela qual as

O reflexo do real quando posto em ação pela consciência, no processo de trabalho, resulta numa “*nova forma de objetividade*” que determina no interior do ser social uma “*dualidade entre o pensado e o real*”, que é um momento importante do trabalho na diferença entre as esferas do ser, entre o mundo dos homens e a natureza. Para Lessa, esses dois pólos são irreduzíveis entre si e possibilitam o permanente distanciamento entre o sujeito e o objeto fundado pelo ato de reflexão presente no processo de trabalho. Nesse sentido, o reflexo, além de criar uma nova objetividade na consciência dos indivíduos, é responsável pela relação entre o objeto e o conteúdo refletido e pela relação entre a teleologia e o ato de reflexão. Assim, o ato de reflexão é determinado pelo objeto como atividade “*teleologicamente orientada*”, e isto, em outras palavras, significa o desenvolvimento da sociabilidade humana (LESSA, 1997 : 76-77).

A transformação do homem que trabalha é uma consequência necessária do “*ser-precisamente-assim*”. O homem, ao operar sobre a natureza e transformá-la, desenvolve as potencialidades nela adormecidas as quais estão sujeitas as forças do seu próprio poder. Isso significa uma continuidade dos movimentos no processo de trabalho que sempre se renovam através das alternativas encontradas pelos homens para se reproduzirem socialmente. Com isso, para que o ato de trabalho se realize com sucesso é necessária a visão correta da realidade do objeto escolhido para a transformação. O objeto, por sua vez, reflete na consciência dos indivíduos os meios para ser transformado e tornar-se uma nova objetividade.

Segundo Lessa (1997), Lukács primeiramente realiza uma análise da atividade da consciência no interior da categoria trabalho e em seguida analisa a ação da categoria reflexo sobre o “*ser-precisamente-assim existente*”. Com isso, o ser social realiza novas objetividades resultando na sua reprodução individual e além disso vai adquirindo um “*nível de possibilidade*”. Essas novas possibilidades refletem-se na consciência através da nova

causalidades naturais, de heterogêneas e indiferentes em relação a finalidade, são transformadas em causalidades

realidade refletida. Desta maneira surgem também novas necessidades, sendo que a busca de satisfação dessas necessidades é explicada, pelos nossos autores, pela escolha de alternativas que possam conduzir teleologicamente os seres sociais a atingir o resultado final do ato de trabalho e com isso satisfazer suas necessidades frente à reprodução social. De acordo com Lessa, a categoria das alternativas³⁵ é no seu “*em si*” um complexo social como todo o processo. Nas palavras de Lukács,

“(…) não se trata de um único ato de decisão, mas de um processo, de uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas (...) Não se trata jamais, simplesmente, de execução mecânica de uma finalidade” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997: 85).

A busca de alternativas para satisfazer as necessidades dos seres sociais apenas pode ser verificada no processo de trabalho. Caso a alternativa escolhida seja falha, a realidade a ser transformada retorna à sua condição natural. Ou seja: se a causalidade não se transformar em causalidade posta, não existe a transformação do real. Ao contrário, terminado o ato de trabalho, com o resultado do produto do trabalho tem-se uma nova objetividade, e novas alternativas surgem para sua preservação e desenvolvimento. Assim, ao ser concretizada uma possibilidade, surgem outras novas possibilidades que determinam novas decisões e novas escolhas entre alternativas. No entanto, essas novas alternativas sempre terão como base as anteriores. Por isso, o desenvolvimento do trabalho é também o desenvolvimento de suas formas de propriedade que por sua vez vão determinar a forma de organização dos processos de trabalho, em conjunto com as relações sociais dos homens entre si, que por sua vez vão determinar o comportamento do homem na realidade do ambiente onde vive e consigo mesmo.

postas.” (*idem, ibidem*, p. 74)

³⁵ “A alternativa, portanto, se estende até ser a alternativa de uma atividade justa ou desastrada, por convocar à vida categorias que apenas no processo de trabalho tornam-se formas da realidade.” (*idem, ibidem*, p. 85)

Portanto, no processo de socialização, pode-se constatar que as decisões entre alternativas fazem surgir outras decisões entre alternativas, a causalidade posta vai se tornando cada vez menos a causalidade natural. Além disso, Lessa chama atenção sobre o caráter da alternativa que é sempre um ato concreto e que, por mais concreto que seja este ato, não diminui a condição de alternativa na práxis social. A categoria da alternativa apenas pode existir pela consciência através da mediação entre o “*não-ser do reflexo*”³⁶ e a *causalidade posta*. Assim, sem consciência e sua prévia-ideação, não existe qualquer possibilidade de objetivação no trabalho, e com isso o real não pode ser transformado, impossibilitando a existência do mundo dos homens e do ser social. O fato de a alternativa ser um ato concreto, determinado historicamente, torna-a “*inseparável aos processos valorativos*” que desempenham um importante papel em direção às alternativas a serem objetivadas no desenvolvimento da sociabilidade do trabalho (LESSA, 1997 : 86-89).

A categoria dos reflexos manifesta-se na consciência humana no momento do entendimento do real existente. A categoria das alternativas é responsável pela passagem de uma possibilidade para a realidade, sendo que o conhecimento científico se desenvolve pela necessidade de o homem encontrar os meios mais adequados para o processo de trabalho. Contudo, cabe lembrar que, para o homem primitivo, a satisfação das necessidades é apenas imediata, como valores de uso. Porém, na medida em que se desenvolve o caráter social da produção, com o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas e valores de troca, as alternativas assumem formas cada vez mais sofisticadas e diversificadas e deixam de satisfazer as necessidades puramente humanas para satisfazer as necessidades da reprodução do capital.

³⁶ “O não ser da potencialidade expressa a possibilidade desta não se atualizar – uma possibilidade tão real quanto a sua atualização, antes da efetivação do ato. Neste contexto, não ser não significa uma possibilidade não existente, mas uma possibilidade objetivada.” (*idem, ibidem*, p. 93)

CAPÍTULO TERCEIRO

3. O TRABALHO NA BUSCA DAS FINALIDADES

Para que o ato de trabalho se concretize, os homens devem planejar cada momento que o antecede na sua consciência. Este domínio da consciência pode ser constatada mesmo nas formas de trabalho mais primitivas e, segundo Antunes (1999), *“deve ser uma marca decisiva da representação que o homem forma de si mesmo”*. Partindo da análise do trabalho como categoria social e traçando nosso percurso na exploração dos nexos categoriais presentes no seu interior, vimos, no capítulo anterior, que a síntese entre a teleologia e a causalidade dá origem a uma nova objetividade. Com isso, o ser social é o nascer de uma nova objetividade diferente da natureza. A ação da teleologia é responsável por este momento e através do ato de trabalho exerce uma função *“decisiva e objetiva na reprodução social”*. Nesse sentido, para que ocorra a transformação da realidade material é necessário o conhecimento do objeto a ser transformado. Assim, os indivíduos, ao se depararem com as necessidades e possibilidades sociais, passam a escolher entre as alternativas existentes a mais apropriada para, através dos atos de trabalho, realizarem a reprodução social. Estas encontram-se relacionadas ao nível de desenvolvimento tanto das forças produtivas individuais quanto das forças produtivas sociais.

Salientamos que as análises evidenciadas em torno da “*busca dos meios*”, para realização do processo de trabalho, e isso, segundo Lessa, é o modo em que a “*prévia-ideação se eleva a princípio neofornativo da realidade material sem ser ela própria, uma realidade material*”. Assim, num segundo momento a teleologia passa a ter um papel real e decisivo nas finalidades do processo de trabalho. Aprofundando esta questão, iniciaremos as análises sobre a busca da “*posição dos fins*”, onde veremos como os valores e os processos valorativos atuarão na busca das finalidades no processo de trabalho e no desenvolvimento da sociabilidade (LESSA, 1997 : 101).

3.1 Posição dos fins, valores e dever-ser

Os valores assim como os reflexos apenas podem existir numa contínua articulação com a causalidade, porém, esclarece que os valores, diferentemente dos reflexos, podem se transformar com a evolução da “*sociabilidade, em relações sociais objetivas*”. Entretanto, é através da qualidade dos objetos naturais aliadas ao processo de objetivação produzido pelas relações sociais entre os homens no processo de trabalho e portanto, na práxis humana, que se tem o processo de valoração³⁷. Nas palavras de Lukács,

“O momento determinante imediato de toda ação intencional como realização só pode se apresentar como dever-ser, já que todo passo adiante na realização é decidido estabelecendo se e como ele favorece a realização do fim” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 102).

Todo ato de trabalho apresenta-se como alternativa e toda a escolha de alternativas é condicionada historicamente de acordo com o meio social em que o indivíduo

³⁷ “Ainda que a causalidade não funde o pôr teleológico, sem a articulação com o ser-precisamente-assim existente não há possibilidade de gênese e desenvolvimento dos valores e dos processos valorativos, embora os valores tenham sua gênese na práxis humano-social e não na causalidade dada.” (*idem, ibidem*, p. 102)

vive. Segundo Lessa, nas análises anteriores, Lukács tinha em mente o pôr teleológico enquanto totalidade da reprodução social, no entanto, neste momento da análise, busca-se analisar o “ato teleologicamente orientado”, que é a posição do fim do trabalho e os nexos ontológicos que determinam a escolha entre alternativas no contexto do “dever-ser”, como momento da realização do ato de trabalho. Assim, no processo valorativo o momento predominante é o “dever-ser”. Até o presente momento, nessa análise, “é sempre o passado que determina o presente”, porém, nas análises do dever-ser, o ato teleológico é determinado a partir de um “futuro posto” ou de um ato conduzido pelo “dever-ser do fim”³⁸, na objetivação do trabalho.

Na medida em que o dever-ser se torna o momento predominante para a realização do trabalho, o futuro determina a posição do fim. Segundo Lessa, é preciso ter claro que Lukács está analisando o trabalho e a práxis social e que, apenas na esfera do dever-ser, o futuro é determinante no processo de objetivação, fora deste contexto, a relação “passado-presente” continua exercendo seus fundamentos históricos. Assim pode-se dizer que a busca da realização das finalidades do ato de trabalho é um ato conduzido pelos valores inerentes às individualidades os quais são construídos socialmente. Com isso, o indivíduo antecipa, através de suas experiências e das formas de concepção de mundo, como deve ser a concretização do ato teleológico, escolhendo as alternativas possíveis para este fim. Segundo Lessa, é importante destacar que no processo de objetivação,

“não é o conteúdo gnosiológico que determina se uma ideação será ou não elevada à teleologia. Este conteúdo, sua maior ou menor proximidade com o real, delimita suas maiores ou mais restritas potencialidades para o processo de objetivação(...). (...) As ideações apenas serão elevadas a prévia-ideações se atualizarem por meio da

³⁸ “ não é o passado na sua espontânea causalidade que determina o presente, mas (...), ao invés, a tarefa futura teleologicamente posta é o princípio determinante da práxis que tende a ela.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 103)

objetivação, se corresponderem de algum modo ao dever-ser"³⁹ (LESSA, 1997 : 104).

Portanto, o dever-ser atua na esfera da prévia-ideação e somente assim poderá concretizar o ato teleológico num processo em que o "*dever-ser determina a escolha*" das alternativas para a realização do ato de trabalho. Neste momento é a posição do fim, do resultado do produto do trabalho que determina a orientação do processo de objetivação. Portanto, o dever-ser existe como momento predominante do processo de escolha entre as alternativas possíveis para a realização do processo de trabalho. Estas são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais que o acompanham e da sociabilidade do trabalho que impulsiona o surgimento de novas alternativas para satisfazer as necessidades e possibilidades e assim garantir seu próprio desenvolvimento. Nas palavras de Lessa:

"É o desenvolvimento concreto da relação homem/natureza, imediatamente expresso pela potencialização das forças produtivas, que põe as necessidades e abre as possibilidades que perpassam cada alternativa" (*idem, ibidem*, p. 105).

Para Lukács, a categoria da alternativa⁴⁰ é responsável pela "*articulação da totalidade da práxis social aos valores*". Além disso, a alternativa por ser a essência do pôr teleológico cria a necessária diferença entre o "*útil e o inútil*" para uma determinada objetivação, sendo que esta distinção é o "*fundamento último da gênese e do desenvolvimento dos valores*". Nesse contexto, o trabalho enquanto criador de valores de uso tem na categoria da alternativa o momento da definição sobre os objetos que podem ser utilizados ou não pelo homem para melhor satisfazer as necessidades humanas. A "*utilidade*", em Lukács está

³⁹ "O reflexo correto da realidade é, naturalmente, a premissa inevitável de um dever-ser que funcione de maneira correta; tal reflexo correto, todavia, torna-se efetivo apenas quando favorece realmente a realização daquilo que deve ser." (*idem, ibidem*, p. 104)

diretamente vinculada aos processos valorativos, e com isso o sucesso do ato de trabalho é a realização “*objetiva*” dos valores⁴¹ presentes nos indivíduos e na sociedade. Assim, o dever-ser e os valores são distintos, porém, encontram-se articulados no mesmo complexo social. Lessa salienta que é importante ter claro que a é “*função social da ideação*” que determina a ela, na qualidade do ato, se é “*dever-ser ou valor*” (*idem, ibidem, p.106*).

Portanto, os valores e a valoração são processos “*puramente sociais*”, mas que apenas podem existir conectados às determinações do “*ser-precisamente-assim existente*”, onde, “*sem as qualidades objetivas do real, nenhum processo valorativo pode vir a ser*”⁴². Apenas nos processos valorativos que se desdobram em pôr teleológico o valor pode concretizar-se. Nesse sentido, apenas os objetos úteis para a satisfação das necessidades poderão ser aproveitados no processo de trabalho e isso significa dizer que os valores apenas podem se evidenciar a partir da síntese da teleologia e causalidade que funda o mundo dos homens e o ser social. Sendo os valores construídos socialmente através da ideologia e concepções de mundo, cabe lembrar que as tradições, os costumes e a educação possuem uma forte influência na realização do dever-ser. Segundo Lessa,

“O desenvolvimento das forças produtivas, a economia do tempo socialmente necessário à reprodução material, o dever-ser e o valor, são processualidades ontologicamente articuladas. Fora deste contexto de relações, nem o dever-ser, nem os valores, nem sequer o desenvolvimento do gênero humano, poderiam existir” (LESSA, 1997 : 109).

Assim, o processo valorativo pode ser percebido no trabalho nas formas mais primitivas que se realizam na relação direta do homem com a natureza, em que a busca de

⁴⁰ “a alternativa de uma determinada práxis, não está somente em dizer “sim” ou “não” a um determinado valor, mas também na escolha do valor que forma a base da alternativa concreta e nos motivos pelos quais se assume esta posição.” (LUKÁCS, *O Trabalho*, tradução TONET - mimeo : 57 s/d)

⁴¹ “(...) a correção da posição teleológica - pressuposto na sua correta atuação - significa que o respectivo valor foi realizado corretamente.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 106)

alternativas operam ao mesmo tempo no desenvolvimento da base produtiva e das capacidades humanas. Tanto nas sociedades primitivas como nas mais avançadas a relação entre os atos humanos e os valores é marcada pelo fato de a “*objetividade do valor econômico*”⁴³ (...) [ser] *fundada na essência do trabalho*”, na ineliminável inter-relação do homem com a natureza, da sociedade com a natureza, sendo que, “*independentemente do grau de consciência*”, é responsável pelo desenvolvimento da humanidade (*idem, ibidem*, p.111).

Segundo Lessa, existe outro aspecto que deve ser investigado, que é a “*ação dos processos valorativos*” e suas determinações sobre os indivíduos e sobre a sociedade na sua totalidade.

3.2 Alienação

Através da “*realidade objetiva*”, os valores existem além da relação do homem com a natureza, são produtos construídos socialmente. Lukács salienta que mesmo na forma mais primitiva o trabalho

“coloca em movimento no homem que o realiza um processo cuja intenção objetiva – independentemente do grau de consciência – é dirigida a promover na realidade o desenvolvimento posterior do homem” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 113).

Portanto, os valores e os processos valorativos vão além do trabalho, eles determinam também uma “*ação de retorno*” sobre a construção do homem enquanto

⁴² “Neste sentido, o valor de uso, enquanto produto humano-social é sem dúvida objetivo. Ele está voltado e tem por base a legalidade do ser-precisamente-assim existente bem como a relação objetiva do homem com a natureza.” (*idem, ibidem*, p. 107-108)

⁴³ “No valor econômico se verifica (...) uma elevação qualitativa. (...) o caráter da utilidade do valor passa por uma elevação ao universal, em todos os domínios da vida humana, e isto ocorre simultaneamente ao se tornar cada vez mais abstrata a utilidade.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 111)

indivíduo e sobre a totalidade da sociedade. Segundo Lessa, Lukács denominou a ação de retorno do objeto sobre quem o criou de “alienação” (*Entäusserung*). A alienação⁴⁴, diferentemente do estranhamento⁴⁵ (*Entfremdung*), eleva a “*individuação e a sociabilidade a patamares crescentemente genéricos*”. Nesse sentido, a alienação possui uma qualidade positiva: “*é o momento ineliminável do processo de individuação*”. Portanto, a alienação é um “*momento universal do trabalho*”, que se concretiza pela mediação do trabalho com a totalidade da reprodução social. Assim, quando no interior do trabalho ocorre a síntese da teleologia com a causalidade, a causalidade torna-se posta pelo processo de objetivação que vai originar o nascimento de uma nova objetividade. Em Lukács, a objetivação do trabalho é a própria alienação do homem que executa o ato de trabalho, sendo que, ao se alienar, o homem recebe uma ação de retorno da objetividade transformada. Esse processo nada mais é que o desenvolvimento dos homens e da sociabilidade. Nas palavras de Lessa,

“(…) o homem, ao agir no dia a dia, concomitantemente se constrói enquanto individualidade e contribui para a reprodução da sociedade a qual pertence – e, ao fazê-lo, sofre as conseqüências das suas ações” (LESSA, 1997 : 116).

No pensamento lukácsiano a alienação⁴⁶ é a distinção ontológica entre o sujeito e o objeto criado no processo de trabalho no momento da objetivação. Nesse sentido, sem a alienação e a objetivação não pode haver qualquer transformação teleologicamente posta do real, portanto, não existiria sujeito histórico, nem vida e nem ser social. Ser humano para Lukács significa uma crescente capacidade de “*objetivar/alienar – isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas*”. Portanto, a objetivação é o momento da

⁴⁴ “A alienação é o momento da objetivação pelo qual se consubstancializa (isto é tornar-se real, efetiva, substancial) a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia-ideação que está na gênese do mesmo objeto.” (LESSA, 1997 : 28-29)

⁴⁵ “(…) são os obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana(…). (...) uma ação que reproduz a desumanidade socialmente posta.” (*idem, ibidem*, p. 114-115)

concretização do ato de trabalho e a alienação é a ação de retorno do produto do trabalho sobre a consciência do trabalhador que o realizou. Novamente afirma-se em Lukács a total falta de identidade entre o sujeito e o objeto. Por ser portador de uma história própria, o objeto passa a influenciar o sujeito que o criou, desenvolvendo a individuação, e com isso torna-se o momento ineliminável e decisivo para o desenvolvimento dos homens. (*idem, ibidem*, p.121).

⁴⁶ “A alienação é o momento da objetivação pelo qual se consubstancializa a distinção entre o objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia-ideação que está na gênese desse mesmo objeto. O sujeito se aliena em um objeto ontologicamente distinto de si próprio.” (LESSA, 1997 : 28-29)

3.3 A Individuação

O estudo da individuação é necessário em nossa investigação devido a íntima relação entre o trabalho e a reprodução social, entre o indivíduo e a sociedade. O ponto de partida da análise lukácsiana da individuação é a pura sociabilidade do mundo dos homens. A sociabilidade é o conjunto dos atos de trabalho individuais que formam a totalidade do trabalho enquanto momento predominante da reprodução social dos indivíduos. Nesse sentido, o que distingue uma individualidade da outra é que cada indivíduo tem sua própria construção histórica que é construída de acordo com o meio social em que vive. Com isso as decisões entre as alternativas escolhidas frente às necessidades individuais, nunca serão idênticas umas das outras. Contudo, estas desenvolvem-se a partir das relações sociais de produção que são determinadas pelo modo de produção dominante em cada época social. Portanto, é a qualidade das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade que vai determinar o comportamento e desenvolvimento das formas de individualidades no contexto da reprodução social.

Segundo Lessa (1997, o afastamento das barreiras naturais intensificado principalmente pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista é um momento significativo, porque, através do desenvolvimento das relações de troca, a sociabilidade entre os homens se desenvolve, com isso as individualidades tornam-se cada vez mais completas e complexas, pois o “ *indivíduo humano apenas tem existência real enquanto ente social*”. Assim, a construção da individualidade é socialmente determinada pela ação de retorno do trabalho, pela ação dos produtos criados sobre o indivíduo que os criou, pelas necessidades e possibilidades presentes em cada momento histórico. Neste contexto Lessa salienta que “ *todo o ato social é uma sintética de elementos genéricos e singulares*”, e isso faz com que cada ato

humano seja diferente de todos os outros, porém, inerentes ao mesmo complexo social que forma a totalidade da sociedade (LESSA, 1997 : 124).

Além disso, o processo de escolha de alternativas é um momento da individuação em que a presença dos valores é decisiva. Portanto, o desenvolvimento da individualidade somente é possível via mediações que possibilitem a satisfação das necessidades postas pelo processo de evolução social e econômica da humanidade. Assim, o desenvolvimento de cada individualidade é o desenvolvimento da sociedade na totalidade, o indivíduo não pode viver fora da sociedade e nem a sociedade existe sem indivíduos, são distintos, porém necessariamente articulados na totalidade das relações sociais, sendo que o trabalho é responsável pela mediação entre o indivíduo e a sociedade.

A construção da individuação leva ao desenvolvimento dos processos valorativos existentes na sociedade e vice-versa. Estes fortalecem o desenvolvimento da sociabilidade do trabalho e apenas podem reproduzir-se tendo como base a mediação dos atos de trabalho. Como exemplos citamos a fala, a moral, os costumes, o direito e a educação que surgem e se desenvolvem a partir do trabalho, mas que, no entanto, são momentos predominantes na reprodução social global.

3.4 O estranhamento

Segundo Lessa a alienação em Lukács corresponde a um *“momento positivo”* pelo qual o homem se desenvolve enquanto ser social. Através da objetivação do trabalho, o homem aliena-se atuando na natureza e com isso modifica-a dando-lhe novas formas, e ao mesmo tempo desenvolve suas capacidades físicas e mentais. Esse processo resulta no

desenvolvimento do devir-humano⁴⁷ do homem, originando formas de sociabilidade cada vez mais complexas e evoluídas. Porém, nem todas as objetivações e alienações possuem um caráter “positivo” no desenvolvimento humano. Algumas delas, em determinados momentos, podem agir contra o desenvolvimento dos homens, por influenciar negativamente sobre a “essência humana” em função da “desumanidade criada pelo próprio homem”. Estes momentos negativos da essência humana são denominados de “estranhamentos”. Segundo Antunes (1999), os estranhamentos se manifestam na subjetividade do trabalhador como resultado da “relação ao que se produz e para quem produz” (ANTUNES, 1999 : 130).

Lessa salienta que é preciso ter claro que o estranhamento na negação da essência do ser humano nada tem de natural, é um produto construído socialmente. Portanto, o estranhamento é, no “contexto da ontologia lukácsiana, uma negação socialmente construída do ser humano”. A origem do estranhamento está no complexo da “objetivação/alienação”, em que, através do processo de transformação da natureza, o homem se constrói enquanto sujeito histórico, enquanto ser social e com isso, ao mesmo tempo, desenvolve o mundo dos homens. Nesse sentido, salienta que a alienação poderia existir sem provocar os estranhamentos. Nas palavras de Lukács,

“a objetivação do objeto e a alienação (*Entäusserung*) do sujeito, (...) formam como processo unitário a base da práxis e da teoria humana (...) não se deve jamais esquecer que, ontologicamente, a origem do estranhamento (*Entfremdung*) na alienação não significam de modo algum que estes dois complexos unívoca e incondicionalmente sejam o mesmo: certamente é verdade que determinadas formas de estranhamento podem nascer da alienação, mas esta última pode muito bem existir e atuar sem produzir estranhamentos” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 138).

Portanto, o estranhamento é em primeiro lugar um “fenômeno exclusivamente social” que nunca existiu nas formas de ser que antecedem o ser social. Em segundo lugar, o trabalho na sua forma mais primitiva demonstra que “o devir-humano dos homens e a

⁴⁷ “O devir-humano dos homens, segundo ele, corresponde ao desenvolvimento da capacidade humana em se

superação de suas bases originárias pode ocorrer sem constranger o ser social a afirmar o seu próprio processo reprodutivo com os meios da violência social". Com a origem da sociedade de classes, desenvolvem-se as "*possibilidades anti-sociais socialmente construídas pelos homens*". Portanto, na sociedade capitalista, o desenvolvimento da sociabilidade do trabalho atinge formas puramente sociais e com isso, termina por prejudicar o próprio processo evolutivo da essência dos humanos.

Segundo Lessa, é preciso ter claro que o fato de a sociedade capitalista ser a "*primeira formação socialmente pura*", isso significa que "*o local ocupado pelo indivíduo na ordem social é determinado apenas pela dinâmica econômica*". Assim, nesta forma social específica, o trabalhador, na qualidade de não proprietário dos meios de subsistência, passa a não se identificar com o seu trabalho e nem com o produto do seu trabalho. O trabalho assalariado é trabalho forçado e por isso torna-se estranho ao trabalhador. Neste sentido, ao invés de humanizar, desumaniza a subjetividade dos seres humanos. Nas palavras de Lukács:

“(...) o seu lado objetivo pode se realizar apenas exercitando violência sobre o subjetivo; o crescimento do trabalho para além da mera possibilidade reprodutiva (mais-valia no sentido lato do termo) desenvolve a nível social a necessidade de extrair aos verdadeiros produtores os frutos desta mais-valia (e por isso também as condições sociais da sua realização), de obrigá-los, portanto, a um modo de trabalho no qual eles se tornam posse de uma minoria de não-trabalhadores” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 138-139).

Para os autores aqui estudados, o desenvolvimento da história da humanidade é marcado pelos *estranhamentos*⁴⁸ que nascem dos obstáculos *construídos socialmente*. As relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista, determinam que as individualidades se desenvolvam segundo a lógica do capital, que é dominar corações e

alienar, isto é, construir um ambiente cada vez mais social.” (LESSA, 1997 : 105)

⁴⁸ “O estranhamento nasce objetivamente [da contradição] entre a generalidade da sociedade enquanto tal e (...) [a generalidade] de quem dela participa. Por isso é inevitável que ela se manifeste também, no imediato, como estranhamento do homem de si próprio (estranhamento do singular de sua própria generalidade).” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 139)

mentes para garantir sua lucratividade. Nesse sentido, fica estabelecida uma enorme contradição no mundo dos homens. O trabalho adquire outro significado, porque se torna apenas um meio de garantir a sobrevivência do trabalhador. A busca das alternativas humanas passa a atender principalmente as necessidades do capital. Para o capital pouco importa a satisfação das necessidades humanas.

As relações sociais de produção capitalistas produzem e reproduzem nos indivíduos a competição, o individualismo, a ambição e a disputa pelo poder. O resultado disso é uma luta constante de seres humanos contra eles próprios, para se manterem numa posição social mais privilegiada na sociedade ou, apenas vivos. No nosso entender, esses são os limites socialmente construídos pelos homens no processo histórico de desenvolvimento, que apenas podem ser superados com a superação desse modo de produção e das relações sociais que alimentam a exploração do homem pelo homem. Portanto, nas análises lukácsianas, o pleno desenvolvimento humano e capital são incompatíveis na atualidade.

Neste contexto, pode-se dizer que o desenvolvimento do modo capitalista de produção emancipa o ser social das condições que o prendia à natureza e com isso desenvolve as individualidades, e a sociabilidade torna-se cada vez mais elevada, contudo, a verdadeira emancipação humana do ser social somente pode acontecer com a superação dos estranhamentos no trabalho pelo trabalhador. O capital, com sua lógica totalizadora, comanda em todos os sentidos os seres humanos em favor da acumulação; para o capital não importa a emancipação ser social e nem a reprodução biológica de todos os seres humanos. Para o capital somente o que importa é a sua valorização. Este é o grande obstáculo imposto socialmente para a humanidade e que ela terá que encontrar alternativas para satisfazer as necessidades de sua própria reprodução.

3.5 Liberdade

O encontro entre a teleologia e a causalidade no interior da categoria trabalho funda uma nova objetividade, e a causalidade transforma-se em causalidade posta. Assim, a esfera do mundo dos homens se constitui distintamente da natureza sem alterar a essência da esfera do ser a qual pertence, ou seja, a natureza permanecerá sempre sendo a base originária do trabalho que funda o ser social.

Em Lukács, tanto a categoria da liberdade como a da necessidade possuem uma íntima relação com a teleologia e, portanto, *“sendo o mundo material uma síntese de processualidades causais - liberdade e necessidade são ao mesmo tempo, intimamente relacionadas e tão irredutíveis entre si quanto teleologia e causalidade”*. A categoria da liberdade somente pode ser encontrada no ser social e surge através das alternativas encontradas pelos indivíduos como respostas às necessidades encontradas na realidade social. Em outras palavras, a liberdade é obtida pela possibilidade de escolha entre alternativas reais postas através das necessidades do desenvolvimento do devir-humano dos homens. Portanto, e segundo o pensamento lukácsiano, é nas alternativas que se origina a liberdade sendo que esta é uma categoria completamente estranha à natureza⁴⁹.

Liberdade como momento da realidade é uma questão em que se deve considerar as decisões concretas entre as possibilidades existentes na realidade. Assim, a *“liberdade é -- em última instância -- um querer transformar a realidade (o que em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão)”*, e esse querer está associado às concepções de mundo que constituem cada individualidade. No entanto, cabe lembrar que as individualidades são construídas socialmente e com isso encontram-se

⁴⁹ “no momento em que a consciência decide, em termos alternativos, que finalidade quer estabelecer e de que maneira quer transformar as séries causais correntes em séries causais postas, como meios de sua realização,

articuladas às determinações históricas e concepções de mundo presentes na totalidade da reprodução social. Portanto, nas palavras de Lukács, *“a liberdade enquanto característica do homem que vive na sociedade e age socialmente, jamais está isenta de todo o determinismo”* (LUKÁCS, **O Trabalho**, tradução TONET - mimeo : 66 s/d).

Contudo, somente o desenvolvimento da consciência, das vontades e desejos humanos não basta para transformar os objetos da realidade. Para que haja a transformação, e a liberdade se concretize, é necessário o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, e, além disso, quanto maior for o conhecimento da natureza mais facilmente a realidade do objeto em questão poderá ser transformada, e maior será a liberdade determinada no momento da escolha de alternativas que possam responder às necessidades de os homens se reproduzirem juntamente com as relações sociais existentes. Nas palavras de Lukács,

“A posição do fim, dá origem a algo de ontologicamente novo enquanto ser social, é um ato nascente de liberdade, uma vez que os modos e os meios de satisfazer uma necessidade não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente. Mas, este ato de liberdade é, ao mesmo tempo(...) diretamente determinado pela própria necessidade, através da mediação daquelas relações sociais produzidas pela sua espécie, qualidade, etc.” (LUKÁCS, **O Trabalho**, tradução TONET - mimeo : 68 s/d).

O homem no processo de trabalho leva consigo o seu desenvolvimento anterior e por mais que o trabalho o desenvolva e o modifique, suas capacidades naturais e sociais anteriores permanecerão como base desde o início da sua existência. O momento de transformação do sujeito que trabalha pode ser identificado pelo surgimento de novas possibilidades. Estas possibilidades, durante o processo de trabalho, se transformam em habilidade que posteriormente se transformarão em novas possibilidades humanas.

Para Lukács, a liberdade diz respeito à relação do homem com o mundo em que vive e possui seu momento fundante na transformação da realidade material através do

surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza.” (LUKÁCS, **O Trabalho**, tradução

trabalho. Neste sentido, a liberdade surge nas alternativas encontradas na realização do processo de trabalho, pelo ato teleológico posto em ação pela consciência, que vai resultar num novo ser posto pelo próprio processo. Em outras palavras: a liberdade encontra seu momento predominante nas decisões alternativas que são respostas a situações sociais concretas no movimento de transformação da causalidade dada em causalidade posta. Portanto, para Lukács, a liberdade é,

“(...) por sua essência ontológica (...) concreta ela apresenta um determinado campo de ação das decisões alternativas no interior de um complexo social concreto no qual se fazem operantes, simultaneamente a ele, objetividade e forças naturais ou sociais” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 121).

Segundo Lessa, em Lukács os estados de consciência que não se relacionam com a transformação da realidade não se aproximam da liberdade. As determinações do real encontram-se articuladas à existência da liberdade dos homens de se produzirem em cada momento histórico e somente no ser social⁵⁰ podem se realizar. Assim, a nova forma de sociabilidade criada pelo ser social abre novos horizontes para a efetivação da liberdade dos homens. Contudo, cabe lembrar que, na sociedade do trabalho assalariado, a liberdade dos atos humanos de trabalho está completamente condicionada às necessidades sociais impostas pela sociedade capitalista e pelas relações sociais que a reproduzem.

Nesse sentido constata-se que as relações sociais de produção capitalistas não possibilitam o pleno desenvolvimento da liberdade no sentido da verdadeira emancipação do devir-humano dos homens. Estas produzem e reproduzem as diferenças entre as classes. Por um lado, os capitalistas que detém o poder, gozam da liberdade e demais mordomias possibilitadas pela riqueza social produzida pelos trabalhadores. Sendo que estes, enquanto

TONET - mimeo : 66 s/d)

⁵⁰ “(...) a liberdade é um dos fenômenos mais multiformes, variáveis e instáveis do ser social. Se poderia dizer que todo setor singular tornado relativamente autônomo (...) produz uma forma própria de liberdade.” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 1997 : 124)

assalariados, somente produzem e reproduzem sua força de trabalho para continuar enriquecendo cada vez mais os proprietários dos meios de produção.

Portanto, o capital por um lado emancipa o homem das condições naturais, desenvolve as forças produtivas a patamares elevados de sociabilidade, mas por outro lado desumaniza os seres sociais e torna-os dependentes de determinadas necessidades as quais muitos não conseguem encontrar alternativas para supri-las, resultando em apatia, desencanto pela vida e uma total falta de perspectivas para uma vida com sentido. Em outras palavras, a sociedade capitalista cria necessidades que eliminam a presença da liberdade entre os homens e ameaçam a própria reprodução do mundo dos homens e dos seres sociais. Segundo Marx, *“a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens”* (MARX E ENGELS, 1989 : 148). Contudo, é preciso que os homens tenham consciência e, frente às necessidades, saibam escolher a melhor alternativa para realizar a transformação social, para que assim os seres sociais se tornem mais humanamente construídos e livres.

Através desse estudo introdutório a cerca das categorias que formam o complexo do trabalho, salientamos que o importante é termos claro que analisar a categoria trabalho abstratamente significa entrar em contato, de forma universal, com o seu significado desde as sociedades mais primitivas até a atualidade, e com a origem e reprodução do mundo dos homens e do ser social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo da categoria trabalho no pensamento lukácsiano, constata-se que todo o ato de trabalho produz mais do que a satisfação das necessidades imediatas humanas. O trabalho remete para além da valorização do capital e da produção de mercadorias, produz e reproduz o mundo dos homens e o ser social. Em cada nova objetivação, temos também o desenvolvimento humano, que torna o homem capaz de fazer coisas que anteriormente não fazia. O desenvolvimento dos modos de produção, das formas de propriedade do trabalho ou formas de produção da existência dos homens é o desenvolvimento do homem enquanto ser social.

O ser social é uma totalidade articulada e somente pode ser compreendido através da análise interna do complexo que forma a categoria do trabalho e na sua ineliminável relação com a natureza. Neste sentido, tudo o que existe na realidade social, todas as transformações, produções e descobertas humanas somente podem existir se relacionados com o todo. O que existe na particularidade de cada momento histórico está se relacionando de alguma maneira com tudo o que existe no complexo da reprodução social global. Portanto, a cada momento da reprodução social, o papel fundante do trabalho afirma-se pela mediação que realiza com a totalidade social.

Na análise lukácsiana o que caracteriza o trabalho e diferencia os atos humanos de todo o intercâmbio entre os animais e a natureza é que somente no ser social existe uma articulação entre teleologia e causalidade. Essa articulação é dada pelo processo de objetivação colocado frente às necessidades que os indivíduos encontram para reproduzirem suas vidas. Assim, o processo de desenvolvimento da humanidade é acompanhado pelas necessidades e possibilidades postas de acordo com o momento histórico. Neste sentido, a evolução humana torna-se possível quando os indivíduos, ao se depararem com as

necessidades, passam a escolher entre as alternativas existentes a que possui maior possibilidade de ser atendida ou explorada através do trabalho.

Outra questão importante a ser considerada é que o desenvolvimento histórico da categoria trabalho ocorre dentro do complexo social da economia que é o conjunto de relações sociais encarregado de realizar o intercâmbio orgânico com a natureza em cada sociedade. Assim, quanto mais primitiva a sociedade menos desenvolvido é esse complexo; quanto mais desenvolvida a sociedade, mais a economia se torna o momento predominante. Portanto, é no interior da economia que os atos de trabalho podem se realizar.

Nesse sentido, vimos em nossos estudos, desde as formações econômicas pré-capitalistas até o desenvolvimento da sociedade capitalista, que o rumo da história depende das opções dos indivíduos, dos processos históricos, das formas de propriedade, das relações sociais criadas e das alternativas escolhidas pelos homens nos processos de trabalho. O desenvolvimento do ser social só pode acontecer, se ele for mediado por atos teleologicamente postos através do trabalho que é responsável pela mediação do homem com a natureza e com a totalidade da reprodução social. Portanto, não existe nenhum ato de trabalho fora da reprodução, e não existe nenhum ato de trabalho que não seja historicamente determinado.

Todo o processo de objetivação presente no trabalho implica necessariamente numa transformação da natureza e da realidade existente. Esse processo de transformação do real faz surgir uma nova objetividade, porém, esta somente pode nascer através da síntese entre a teleologia e causalidade que formam a essência do trabalho e do ser social. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade atinge um certo patamar de conhecimentos, resultando no aperfeiçoando e descobrimento de novos instrumentos de trabalho cada vez mais eficazes e sofisticados. Entretanto, paralelamente a essas

possibilidades apresentam-se também as impossibilidades impostas pelos limites do próprio processo histórico.

Nesse sentido, o processo de objetivação determina uma diferença impossível de ser rompida, que é a distinção entre o sujeito e o objeto. A construção do objeto é diferente da construção do indivíduo enquanto individualidade, enquanto personalidade. São duas coisas distintas que jamais serão idênticas apesar de não existirem separadamente. Assim, entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo que está sendo construído existe sempre uma contradição produzida pela falta de identidade entre os indivíduos e a sociedade, entre o sujeito e o objeto. Assim, as possibilidades e necessidades individuais entram em detrimento, de alguma forma, com as necessidades e possibilidades da vida social que eles participam ativando a contradição que nasce principalmente dos estranhamentos e dos obstáculos construídos socialmente os quais operam tanto nas individualidades como na totalidade da sociedade.

Na análise dos modos de produção temos que começar com a análise da origem do ser social, pois todas as relações sociais somente poderão ser construídas pelo ser social e não pela natureza. Portanto, entre a natureza e o mundo dos homens existe um salto ontológico. A constituição do ser social é este salto ontológico possibilitado pela síntese da teleologia e causalidade. Essas categorias somente podem existir no interior do trabalho e no ser social, independentemente de como se tenha dado historicamente a passagem da esfera da natureza para a esfera do mundo dos homens e do ser social. Através desse complexo o ser social torna-se cada vez mais desenvolvido e mais complexo em relação à natureza.

A totalidade das relações sociais, a sociabilidade, a fala ou a linguagem são formas de desenvolvimento que até o presente momento mostram-se como tendências universais. Com isso verifica-se que existe uma tendência, a construção de um gênero humano cada vez mais social ou cada vez mais socialmente construído. Como vimos, o trabalho na

análise marxiana é uma categoria social e fundamenta-se pelo intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Contudo, esse trabalho está ocupando cada vez menos tempo no processo direto de transformação da natureza, e esta é uma das conseqüências possibilitadas pelo avanço das forças produtivas.

Nesse sentido, podemos dizer que na atualidade, nem todos os atos humanos são trabalho, porém, se não existisse a categoria trabalho com a essência que foi evidenciada nesse estudo, nenhuma atividade humana existiria. O aperfeiçoamento e desenvolvimento dos processos de trabalho significa o desenvolvimento das capacidades humanas e da sociabilidade que encontra sua expressão histórica mais importante, no desenvolvimento das forças produtivas. Desenvolver as forças produtivas significa precisar menos força de trabalho para produzir os produtos que a sociedade necessita. Essa possibilidade de desenvolvimento coloca-se como um grande limite para a classe trabalhadora. O desemprego, a miséria, a violência e a destruição do meio ambiente são conseqüências das condições necessárias para a reprodução do capital. Na atual época social, pode-se dizer que muitos seres humanos se encontram com a reprodução da sua existência ameaçada.

O modo de produção capitalista é a forma de produção da existência em que os homens passam a ser cada vez menos dependentes do mundo natural e cada vez mais determinados pelas categorias puramente sociais. A reprodução do mundo dos homens é cada vez mais socialmente construída, tanto do ponto de vista da totalidade como da individualidade. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas, juntamente com a divisão do trabalho, provoca cada vez mais o afastamento das barreiras naturais, porém, os autores aqui estudados alertam que estas jamais poderão ser totalmente afastadas, pois se isso acontecer é impossível a reprodução do mundo dos homens e do ser social. Neste sentido, pode-se dizer que, quanto mais o trabalho se afastar da troca orgânica com a natureza, maiores serão as dificuldades encontradas para reprodução tanto dos indivíduos quanto da sociedade.

Não existe nenhuma atividade humana que pode ser separada da reprodução social, e não tem nenhuma reprodução social que não tenha intercâmbio orgânico com a natureza. O trabalho é quem faz essa mediação, por isso, é, e sempre continuará sendo, a categoria fundante do ser social, pois, sem o trabalho como momento predominante, não existe reprodução possível. Se os homens não produzirem os bens necessários à reprodução da sociedade, não tem sociedade humana possível. Não existe nenhuma relação social que possa sobreviver sem o intercâmbio orgânico com a natureza, porque para existir relação social é preciso manter o corpo humano vivo, porém, para o capital não importa a reprodução biológica de todos os seres humanos.

Isso significa que no ato de trabalho, as possibilidades e necessidades que comparecem na reprodução social possuem um peso muito forte, se para continuar o intercâmbio orgânico com a natureza é preciso suprir uma dada necessidade, esta necessidade deve obrigatoriamente ser atendida, caso contrário, pode impedir o movimento de toda a reprodução social.

No modo de produção capitalista, desde a sua origem, o trabalho apresenta-se com formas distintas de organização, novas tecnologias surgem a todo momento para garantir a reprodução do capital; novas relações sociais produzem e reproduzem-se no mesmo momento histórico determinando novas formas de relacionamento do trabalhador com seu trabalho. Contudo, afirmar que o trabalho deixou de ser a categoria fundante e central do ser social, como fazem alguns teóricos da atualidade, é, no mínimo, desconhecer a essência do complexo que forma a categoria trabalho e sua mediação com a totalidade da reprodução social.

A reprodução da base material dos homens e da sociedade significa o intercâmbio orgânico do homem com a natureza realizado através do trabalho. Assim, não só o trabalho é a categoria fundante, mas todo o ser social é trabalho. Independentemente das

reprodução do mundo dos homens e do ser social, não poderíamos avançar nossos estudos. Portanto, fica concluída uma etapa introdutória que servirá para nosso aprofundamento teórico posterior, na continuidade da nossa formação acadêmica, profissional, política e ideológica.

MARX, K. Capital e suas relações humanas e sociais. Livro 1. Parte 1. Introdução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEIJM, Carlos. A estrutura da indústria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POPPER, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

METZGER, R. C. A estrutura da indústria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HUBERMAN, S. A estrutura da indústria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEWIS, C. A estrutura da indústria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX E ENGELS. **História**. Florestan Fernandes (org.), 3ª ed. São Paulo : 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. crítica da economia política. Livro 1. Vol. I e II, 4ª ed. São Paulo : 1985.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed., São Paulo : Terra e Paz, 1986.

MARX, Karl. **A origem do capital: Acumulação Primitiva**. Coleção Bases, no. 3. ed. Global, Rio de Janeiro, 1989.

MÉDA, Dominique. **El trabajo**. Barcelona : Gedisa, 1998.

Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. Francisco J. S. Teixeira e Manfredo Araújo de Oliveira (orgs). 2ª ed. São Paulo : Cortez; Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 1998.